



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL
Instituição Associada
IFFluminense – Centro de Referência

CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO DO IFFLUMINENSE

FABRÍCIO PINHEIRO LIMA

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

2022

FABRÍCIO PINHEIRO LIMA

CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO DO IFFLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador(a): Dr. Severino Joaquim
Correia Neto

CAMPO DOS GOYTACAZES-RJ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732c Lima, Fabrício Pinheiro, 1988-
Capacitação em Educação Profissional e Tecnológica: contribuição para a formação dos Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense / Fabrício Pinheiro Lima. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.
78 f.: il. color.

Orientador: Severino Joaquim Correia Neto, 1964-

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.
Referências: p. 47-49.

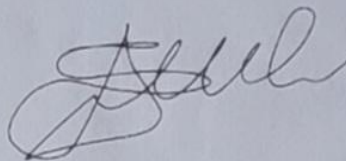
1. Ensino Profissional - Brasil. 2. Escolas - Organização e administração. 3. Capacitação. 4. Educação - Currículos. 5. Ensino integrado - Estudo e Ensino. I. Correia Neto, Severino Joaquim, 1964-, orient. II. Título.

CDD 373.246 23.ed.

Dissertação intitulada **CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO IFFLUMINENSE**, elaborada por **Fabrcio Pinheiro Lima** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense - IFFluminense, na área concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 31/08/2022

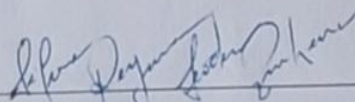
Banca Examinadora:



Dr. Severino Joaquim Correia Neto, Doutor em Ciências da Educação - Universidade Americana - PY
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)
Orientador



Dra. Aline Couto da Costa, Doutora em Arquitetura - UFRJ
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)



Dra. Silvia Regina Teodoro Pinheiro, Doutorado em Ciências Sociais - PUC-SP
Universidade Federal Fluminense (UFF)

DEDICATÓRIA

Dedico essa obra a minha mãe Lúcia Maria, que com todo carinho e sabedoria, me possibilitou concluir mais esta etapa da minha vida, mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir passar por este desafio, que embora desafiador, me guiou em toda jornada. Sendo essa etapa da minha vida de grande aprendizado e evolução como ser humano.

A minha família, em especial a minha mãe e minha irmã Luciene, pelas orientações e apoio diário que se deu antes mesmo de ingressar no mestrado, e quando nele, não me deixou retroceder.

Ao meu orientador, Severino Neto, pela motivação, encorajamento, por acreditar e não desistir de mim nos momentos de esmorecimento. Esteja certo que seus ensinamentos transcenderão esta obra.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, em especial, aos da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas que com todo carinho contribuíram para concretização do meu objetivo.

E aos professores da banca que contribuíram para a melhoria desta obra.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Relação das instituições da RFEPCT que possuem Escola de Formação ou outro setor que cuide da formação dos servidores	33
Gráfico 2 – Relação das instituições da RFEPCT que possuem programa de formação para os novos servidores	34
Gráfico 3 – Relação das instituições da RFEPCT onde o setor tem a maior parte das atividades voltada para formação - cursos/treinamento - ou atividades voltadas para progressão funcional dos servidores	35
Gráfico 4 – Relação das instituições da RFEPCT que tem os cursos realizados pelos servidores ofertados pela instituição ou através de parcerias com as Escolas de Governos	36
Gráfico 5 – Relação das instituições da RFEPCT que possuem em seus cursos/treinamentos de forma pontual ou contínua	37
Gráfico 6 – Relação das instituições da RFEPCT que possuem os conceitos da EPT como conteúdo para formação dos servidores	39
Gráfico 7 – Primeira pergunta: antes da realização do curso já teve contato com os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?	39
Gráfico 8 – Segunda pergunta: os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos conselhos consultivos e deliberativos na instituição, caso você participe?	40
Gráfico 9 Terceira pergunta: os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos diversos grupos de trabalho que há na instituição?	41
Gráfico 10 – Quarta pergunta: teve dificuldade de entender os conteúdos abordados?	42
Gráfico 11 – Quinta pergunta: o tema abordado, bem como os conteúdos, contribuiu para o seu processo formativo?	43
Gráfico 12 – Sexta pergunta: se houvesse outro curso que abordasse os conceitos da EPT, você participaria?	43

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Ingresso de servidores na Rede Federal nos últimos 10 anos	30
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CP II	Colégio Pedro II
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública Escola Nacional de Administração Pública
EPT	Educação Profissional e Tecnológica Educação Profissional e Tecnológica
FPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IF BAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IF GOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFFAR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFFLUMINENSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFMGSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFs	Institutos Federais
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
ProfEPT	Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
TAEs	Técnico-Administrativos em Educação

CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO IFFLUMINENSE

RESUMO

Em decorrência da expansão e interiorização das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) houve a necessidade de ampliar a força de trabalho, possibilitando o ingresso de um grande quantitativo de servidores, tanto docente quanto os técnico-administrativos em educação. Profissionais de formações tão diversificadas, muita delas tão distante da área educacional tornou-se essencial pensar em medidas que possam integrar esses servidores, principalmente os técnico-administrativos, devido a sua formação, a atuarem de forma efetiva em uma instituição de ensino com tantos desafios a alcançar, como é o caso dos Institutos Federais. Nos últimos 15 anos ingressaram na Rede Federal um grande quantitativo de servidores. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possui uma a gestão democrática onde possibilita que os servidores contribuam tanto para as atividades administrativas quanto educacionais, através das atividades representativas dos conselhos deliberativos e consultivos. Nestes conselhos são tratados os assuntos mais importantes da instituição, como criação de curso, projeto pedagógico, extinção de cursos entre outras atividades que envolvem o ensino, pesquisa e extensão. Através da pesquisa diagnóstica quantitativa realizada chegou-se a uma estimativa, grosso modo, que dos atuais servidores Técnico-Administrativos em Educação do Instituto Federal Fluminense, 66% ingressaram nos últimos 10 anos. Em contribuição, foi realizada uma pesquisa qualitativa com intuito de saber como estava o processo de formação dos servidores, onde possibilitou identificar a carência de um processo de capacitação continuada, sobretudo com os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica. Desta forma, a presente pesquisa procurou avaliar se a oferta de um curso de curta duração, com os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), iria contribuir para o processo formativo dos Técnico-Administrativos do Instituto Federal de Ensino. Com a aplicação do curso, os resultados demonstraram-se favoráveis aos objetivos propostos, onde 83% dos participantes concluíram que os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos conselhos consultivos e deliberativos na instituição, como também 72% dos participantes concluíram que os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos diversos grupos de trabalho que há na instituição.

Palavras-chave: Expansão da Rede Federal de Ensino; Gestão democrática; Cultura organizacional; Capacitação, Educação Profissional e Tecnológica.

TRAINING IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: CONTRIBUTION TO THE TRAINING OF ADMINISTRATIVE TECHNICIANS IN EDUCATION AT IFFLUMINENSE

ABSTRACT

As a result of the expansion and internalization of federal institutions of Professional and Technological Education (EPT), there was a need to expand the workforce, allowing the entry of a large number of workers, both teachers and technical-administrative in education. Professionals with such diverse backgrounds, many of them so far from the educational area, it has become essential to think of measures that can integrate these workers, especially the technical-administrative ones, due to their training, to work effectively in an educational institution with so many challenges to achieve, as is the case of the Federal Institutes. In the last 15 years, a large number of workers joined the Federal Network. The Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education has a democratic management that allows workers to contribute both to administrative and educational activities, through representative activities of the deliberative and advisory councils. These councils deal with the institution's most important matters, such as course creation, pedagogical projects, course cancellations, among other activities involving teaching, research, and extension. Through the quantitative diagnostic research carried out, an estimate was reached, roughly speaking, that of the current Technical-Administrative workers in Education at the Instituto Federal Fluminense, 66% joined in the last 10 years. As a contribution, a qualitative research was carried out in order to know how the training process of the servers was, where it made it possible to identify the lack of a continuous training process, especially with the concepts of Professional and Technological Education. Thus, this research sought to assess whether offering a short course, with the concepts of Professional and Technological Education (EPT), would contribute to the training process of Technical-Administrators at the Federal Institute of Education. With the application of the course, the results were favorable to the proposed objectives, where 83% of the participants concluded that the contents covered in the course could contribute effectively in the advisory and deliberative councils in the institution, as well as 72% of the participants concluded that the contents addressed in the course can contribute effectively in the various work groups that exist in the institution.

Keywords: Expansion of the Federal Education Network; Democratic management; Organizational culture; Training, Professional and Technological Education.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SÍMBOLOS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
RESUMO	
<i>ABSTRACT</i>	

Conteúdo

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Cultura Organizacional	15
2.2 Desenvolvimento dos Técnico-Administrativos em Educação	16
2.3 Treinamento	17
2.4 Gestão Democrática	18
2.5 Educação Profissional e Tecnológica	20
3 METODOLOGIA	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 Ingresso de novos servidores Técnico-Administrativos na Rede Federal Ensino - RFEPCT	30
4.2 Formação dos servidores Técnico-Administrativos na Rede Federal Ensino – RFEPCT	32
4.3 Questionário de Avaliação do Curso	39
4.4 Análise dos Resultados	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A – Produto Educacional	50
APÊNDICE B – Perguntas Encaminhadas para as Instituições da Rede Federal de Ensino – RFEPCT	66
APÊNDICE C – Questionário de Avaliação do Curso	67
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	69
ANEXO B – E-mail CONEP	76

1 INTRODUÇÃO

O mundo está em constantes mudanças e o ensino, por sua vez, não fica para trás. Ao pensarmos em instituições de ensino que consigam contribuir para superação das desigualdades educacionais, contribuindo para que seus estudantes tenham uma formação humanística, capazes de se tornarem cidadãos críticos, questionadores, não sendo agentes passivos da realidade em que vivem, requer uma educação à altura, que torne isso possível. Para que seja viável é imprescindível que tenhamos os bons profissionais da educação, capacitados e qualificados para tal realização.

Os Institutos Federais de Ensino propiciam qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, sendo de suma relevância para a população. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – MG; Colégio Pedro II e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é centenária, entretanto, nos últimos 15 (quinze) anos a Rede passou por uma grande expansão. Se em 2006 os IFs contavam com 144 unidades, conforme consta no sítio eletrônico do ministério da Educação, atualmente a Rede Federal conta com 653 unidades, conforme consta na Plataforma Nilo Peçanha 2020, ano base 2019. Representando assim, um aumento de mais de 500 novas unidades.

No site do Ministério da Educação (BRASIL), na aba que aborda a expansão da Rede Federal, consta que no final de 2005 a Secretaria de educação Profissional e Tecnológica, criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com intuito de ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional. Houve três fases de expansão, a primeira teve como prioridade a construção de escolas em unidades da federação onde os IFs ainda não tinham chegado, além da instalação dos mesmos em periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. A segunda fase, iniciada em 2007, estabeleceu como meta a criação de 150 novas unidades em quatro anos. A terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014.

Atualmente a Rede Federal conta com 40.790 docentes e 34.652 técnico-administrativos em educação, conforme pesquisa realizada junto às instituições – ver tabela 1 – em agosto de 2020, para atender cerca de 1.023.303 matrículas espalhadas por todo país, com 10.888 de cursos, sendo só no ano de 2019 ofertados 496.333 vagas, nas quais 443.682 ingressaram, conforme consta na Plataforma Nilo Peçanha 2020.

Os Institutos Federais de Ensino, que tem como objetivo uma formação para o mundo do

trabalho, harmonizam o conhecimento técnico e as relações humanas, alinhando de forma efetiva, para que o discente seja inserido em sua própria educação, levando para o seu processo de aprendizagem um visão ampla do conhecimento, tendo assim uma formação onde se tenha um currículo integrado, rompendo a dualidade do fazer e pensar.

Os Institutos Federais gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme artigo 207, § 2º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que criou os IFs, acrescentou a autonomia didático-pedagógico e disciplinar. Deste modo, possuem autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, conforme artigo 2º, § 3º da citada lei de criação.

Não é tarefa fácil para os servidores da educação que atuam nestas instituições conseguir que seus educandos tenham uma formação íntegra e de darem conta dos demais objetivos, como ensino, pesquisa e extensão. Os Institutos Federais trabalham para a inovação tecnológica e, através dos seus cursos, permite a verticalização do ensino, possibilitando aos seus estudantes a chegarem ao topo da qualificação, que vai da formação inicial e continuada ao doutorado. Assim, se torna de fundamental importância a formação continuada destes profissionais.

Kuenzer (2016) aponta para necessidade da formação de profissionais flexíveis, que trabalhem com metodologia inovadora, que articulem o desenvolvimento tecnológico. Ela aborda sobre a necessidade de se acompanhar as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica. Se a escola deve formar seus alunos para serem profissionais flexíveis, todos que estão envolvidos neste processo de formação deveriam, ao menos assim se espera, serem capacitados de forma flexível.

Monlevade (2005) levanta a reflexão sobre se a escola tem atividades-fim e atividades-meio. O autor coloca que há uma grande polêmica, já que para visão tradicional e na concepção tecnicista, há sim essa separação. Entretanto, o autor aborda o assunto da seguinte forma: “Em nossa forma de conceber a escola, não existem atividades-fim e atividades-meio, porque o objetivo da escola não é o ensino, mas a educação em sua totalidade” (MONLEVADE, 2005, p. 68).

De acordo com o autor supramencionado todas as atividades, desde que façam parte da proposta pedagógica, integram-se ao currículo tornando-se desta forma, atividades-fim. “Todas as atividades transformam-se em competências profissionais e não em serviços mais ou menos afins ao processo de ensino–aprendizagem” (MONLEVADE, 2005, p. 69). Desta forma, todos os profissionais da educação, e não apenas os professores, devem ser valorizados e preparados para colaborarem no processo de ensino–aprendizagem.

Ao buscar por obras científicas que tratem da formação docente e dos demais profissionais da educação, é nítido o “apagão” deste em detrimento daquele, como se só os professores fizessem parte do processo ensino e aprendizagem. Não basta dizer que todos são profissionais da educação se não vier acompanhado com medidas concretas para atuarem de forma efetiva. O presente mestrado – ProfEPT – que teve início com sua primeira turma em 2017, vem contribuindo com a formação dos profissionais da Rede Federal ao proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, colaborando assim para formação continuada destes profissionais, visando tanto às produções de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, contribuindo na perspectiva de melhorias dos processos educativos e de gestão em espaços formais e não formais.

Em decorrência da expansão e interiorização das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) houve a necessidade de ampliar a força de trabalho, possibilitando o ingresso de um grande quantitativo de servidores, tanto docente quanto os técnico-administrativos em educação. Profissionais de formações tão diversificadas, muita delas tão distante da área educacional tornou-se essencial pensar em medidas que possam integrar esses servidores, principalmente os técnico-administrativos, devido a sua formação, a atuarem de forma efetiva em uma instituição de ensino com tantos desafios a alcançar, como é o caso dos Institutos Federais.

A gestão dos Institutos ocorre de forma democrática, logo, a preparação dos servidores que trabalham nestas instituições torna-se de extrema importância, tendo em vista que o trabalho desses profissionais não se resume a execução de tarefas para o funcionamento da escola, mais que isso, desempenham atribuições que interferem diretamente no processo de ensino da instituição, através da participação nos conselhos deliberativos e consultivos da instituição.

Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo contribuir na capacitar dos Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense com conhecimentos que versem sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), através de um curso de capacitação de curta duração voltado para esses profissionais, pretende-se que os mesmos consigam Cooperar nas discussões de representatividades dos Conselhos deliberativos e consultivos, bem como nos grupos de trabalho do IFFluminense, tendo em vista ao conhecimento adquirido no curso.

O curso Introdução ao Currículo e Formação Integrada, ocorrendo pela plataforma de educação a distância do IFFluminense, com duração de 08h, é o produto educacional desta pesquisa onde se buscará verificar se possui tal capacidade.

A seguir no referencial teórico será abordada sobre a gestão democrática; cultura organizacional; desenvolvimento na carreira dos servidores Técnico-Administrativos; treinamento; sobre a o currículo e formação integrada. O APÊNDICE A consta o Produto Educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cultura Organizacional

Fernandes e Zanelli (2006) abordam que os indivíduos quando ingressam numa organização estes, que possuem características diversas, unem-se para atuar na mesma estrutura sociocultural na busca de objetivos determinados. Essa junção “provoca um compartilhamento de crenças, valores, hábitos, entre outros, que irão orientar suas ações dentro de um contexto preexistente, definindo assim as suas identidades” (FERNANDES; ZANELLI, 2006, p. 57).

Assim como as pessoas são diferentes uma das outras, as organizações não fogem a regra. Chiavenato (2014) coloca que a mentalidade da organização é um reflexo das percepções dos dirigentes e seus funcionários. “Mais do que isso, a cultura organizacional é uma forma de interpretação da realidade organizacional e constitui uma modelagem para lidar com questões organizacionais” (CHIAVENATO, 2014, p. 154).

Os servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, se dividem em duas carreiras, uma é a dos professores, que compõe a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), e a outra é a dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE). Há professores de diversas áreas, inclusive de áreas específicas que não possuem licenciatura. Embora nos últimos anos tenha ocorrido a extinções de alguns cargos, há na estrutura servidores de diversas áreas que dão apoio técnico-administrativo as atividades de ensino, pesquisa e à extensão, uns mais e outros menos.

Lacombe (2011) descreve que as organizações podem ensinar sua cultura por alguns meios, dentre eles: documentos escritos, reuniões, seminários e palestras. Embora coloque que a forma mais forte de ensinar a cultura é por meio das ações e decisões administrativa, dentre elas, orientações sobre como fazer, através de procedimentos, requisitos legais, normas e treinamentos.

A Rede Federal, que atua no ensino, na pesquisa e extensão, tendo entre suas finalidades o estímulo e realização de pesquisa aplicada, ao empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; contribuindo para o desenvolvimento de outros docentes das redes públicas de ensino, ao oferecer capacitação técnica e atualização pedagógica; dentre tantas outras atividades de sua competência. Ingressar em umas das instituições que compõe tal Rede é algo diferente para qualquer profissional, desta forma, mostra-se essencial que as instituições tenham um programa para acolher e desenvolver a sua força de trabalho, principalmente aos que estão ingressando.

Os funcionários que ingressam na organização carregam consigo hábitos de antigos trabalhadores e de sua experiência de vida, que podem ser indesejados e devem ser repudiados. Chiavenato (2014) dá o nome de socialização organizacional “à maneira como a organização recebe os novos funcionários e os integra à sua cultura, ao seu contexto e ao seu sistema, para que possam se comportar de maneira adequada às expectativas da organização” (CHIAVENATO, 2014, p. 161).

No processo de reconstrução das identidades dos indivíduos Fernandes e Zanelli (2006) abordam que é muito importante o papel da comunicação, para que possa contribuir informando aos funcionários acerca dos valores, as diretrizes, os objetivos e as definições gerais da organização, incluindo o perfil desejável no novo contexto. Os autores relatam que quanto maior o nível de identificação com a organização, maior o comprometimento desses.

2.2 Desenvolvimento dos Técnico-Administrativos em Educação

O desenvolvimento dos servidores da administração pública federal está regulamentado pelo Decreto nº 9.991 (BRASIL, 2019), que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP. Este decreto trouxe muitas mudanças, entre elas a de planejar as ações de desenvolvimento, com base nas necessidades do órgão e entidade. Cada órgão agora deve elaborar anualmente o seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, que vigorará no ano seguinte.

Na elaboração do PDP será precedida, preferencialmente, por diagnóstico de competências, e os servidores devem ser consultados, bem como as ações de desenvolvimento devem estar de acordo com as estratégias do órgão. O Plano deverá estar alinhado com a estratégia da unidade, como também estabelecer objetivos e metas institucionais como parâmetro para o planejamento das ações de desenvolvimento, entre outros critérios. O decreto também valorizou a transparência, já que as despesas com as ações de desenvolvimento de pessoas serão divulgados de forma transparente e objetiva na internet, facilitando controle para o cidadão.

A Lei nº 11.091 (BRASIL, 2005), que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais, em seu art. 3º, incisos VII e VIII, consta que a gestão dos cargos observará o “desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais”, e a “garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal”, respectivamente. Desta forma, não cabe restringir a formação destes servidores exclusivamente pelo seu cargo ou setor, preterindo o ambiente como um todo – instituição de ensino.

Há duas formas de progressão na carreira dos TAEs, uma é a progressão por mérito, que pode ocorrer a cada 18 (dezoito) meses, tendo, tendo limite diferenciado para cada nível de cargo, onde o servidor muda para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, se aprovado na avaliação de desempenho. A outra é a progressão por capacitação, que também pode ocorrer a cada 18 (dezoito) meses, se atingirem a carga horária mínima exigida para cada nível de capacitação, que difere para cada nível de cargo.

2.3 Treinamento

Lacombe (2011) aborda que os funcionários são selecionados com base nas suas qualificações gerais, e que cada organização possui suas peculiaridades e específica, desta forma, as normas, a política e os planos específicos precisam ser ensinados. Tendo assim o treinamento a premissa de proporcionar aos funcionários novas habilitações ou melhorar as que eles já possuem.

Modernamente, Chiavenato (2014) fala que o treinamento contribui melhor para os objetivos organizacionais, já que ele desenvolve competências nas pessoas para que elas se tornem mais criativas, produtivas e inovadoras. Desta forma, o treinamento permite que os funcionários contribuam efetivamente para os resultados da organização.

Ao se questionar a quem cabe à responsabilidade pelo desenvolvimento de cada indivíduo, Lacombe (2011) coloca que cada pessoa é responsável pelo próprio desenvolvimento, pois quem deseja terá oportunidade para tal. Entretanto, o autor aborda que as organizações devem facilitar e apoiar para que cada um possa desenvolver-se, e tomar a iniciativa caso seja de seu interesse, mas que isso não significa que elas passem a ser responsabilizadas pelo não desenvolvimento de seu pessoal. “Nenhum professor conseguirá ensinar se o aluno não estiver interessado em aprender” (LACOMBE, 2011, p. 393).

As formas mais comuns de aprendizado, conforme descreve França (2014) são: através da escolaridade formal, como exemplo os programas de extensão universitária, os cursos superiores, os programas pós-graduação, além da formação básica; há os cursos, quando se quer desenvolver um conhecimento de forma restrita ou mais específica, podendo ocorrer de um dia até duas semanas; e até mesmo através de leitura dirigida, este programa consiste que o indivíduo estude sozinho e sem o professor, tendo apenas o instrutor na organização e monitoramento da leitura de textos escolhidos.

Chiavenato (2014) descreve que o processo de treinamento é cíclico e contínuo composto de quatro fases: diagnóstico, desenho, implementação e avaliação. Através do diagnóstico descobrem-se as necessidades ou no que precisa melhorar, podendo ser presente ou futura. A segunda etapa é desenho do programa de treinamento, onde irá planejar as ações, como quem deve ser treinado, como

será o treinamento, o conteúdo, quem e quando treinar e os objetivos do treinamento. A terceira etapa é a implementação do programa de treinamento, ao executar o programa se deve pensar no local mais adequado para realização do mesmo, se será no local de trabalho ou fora dele, se será um programa de integração à organização, há muitas tecnologias e técnicas para execução do mesmo. A última etapa é avaliação para verificar se o treinamento atingiu seus objetivos, como aumento da eficácia organizacional, facilidade de mudanças e inovação, elevação de conhecimento, entre outros.

2.4 Gestão Democrática

A autonomia dos Institutos Federais é executada através da gestão democrática de ensino, conforme preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 206, inciso VI, e o artigo 14 da LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996), onde prevê a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico, bem como a participação das comunidades escolar e local nos conselhos escolares. Internamente esta gestão democrática é exercida desde a escolha dos dirigentes – Reitor e os Diretores-Gerais dos Campi – através da consulta à comunidade escolar, a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica – discentes, docentes, e técnico-administrativos – nos conselhos consultivos – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – como nos conselhos consultivos e deliberativos – Conselho do Campus e Conselho Superior. Este Conselho, que também tem representação externa, é, juntamente com o Colégio de Dirigentes, órgãos colegiados superiores na administração da instituição.

Conforme é possível encontrar nos Regimentos Gerais dos Institutos Federais, variando muito pouco, o Conselho Superior tem como atribuição apreciar e aprovar o plano de desenvolvimento institucional da instituição; aprovar proposta de criação, encerramento ou manutenção de cursos, avaliando critérios de demanda, permanência e êxito, em conformidade com o PDI; aprovar a organização didática e pedagógica, os regulamentos internos e as normas disciplinares; aprovar as normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos, bem como o registro de diplomas.

Já se foi época em que as ordens eram dadas e tinham que obedecer sem ao menos ter o direito de questionar. Os agentes políticos, que tem a atribuição de gerir a Administração Pública, são eleitos pelo ato democrático, atuando como representantes do povo. A gestão escolar por sua vez não poderia ser diferente, conforme assegura o artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), garante o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e, garantindo também a gestão democrática do ensino público.

Sobre a gestão democrática:

Para superar esse sistema de burocratização e adaptação submissa a uma forma de gestão autoritária e engessada, deve-se destacar a função política da escola e de seus gestores. A gestão da escola não pode estar centrada unicamente na figura do diretor - esta é a forma tradicional de uma gestão autoritária. Assim, é imprescindível que o diretor e o conjunto de profissionais da educação, junto com toda a comunidade escolar, assumam a concepção de uma gestão democrática, na qual os agentes estejam envolvidos na definição, realização e avaliação da política educacional, para que o poder seja exercido por decisões coletivas (MORAES, 2009, p.407)

Embora tenhamos a figura do Reitor e dos Diretores-Gerais à frente da administração das unidades de ensino, estes são escolhidos pela comunidade escolar e, há um colegiado como órgão superior, atuando aí representantes internos dos segmentos – docentes, técnico-administrativos e discentes – nas escolhas mais importantes no que diz respeito ao funcionamento da instituição, quanto as decisões de ensino, pesquisa extensão, conforme sua lei de criação - lei nº 11.892 (BRASIL, 2008).

Monlevade (2006) coloca que tanto os professores quanto os funcionários não docentes são educadores, apesar de haver um trabalho diferenciado. Os professores “têm em comum a responsabilidade de ensinar e garantir o aprendizado dos alunos, os funcionários têm em comum a gestão dos espaços escolares” (MONLEVADE, 2006, p.86).

Para Monlevade (2006), os funcionários não docentes são educadores que se preocupam pela gestão da totalidade material na educação escolar, e esta não pode ser desprezada por se tratar dos canais onde acontecem as atividades de ensino-aprendizagem. O autor aborda que a gestão escolar não é isolada das funções educativas, principalmente no processo de ensino-aprendizagem.

Gestão democrática não se restringe a dar voz para que todos participem, é preciso que venha acompanhada de condições materiais e de instrução, para que possa ir além de votar ou decidir, mas buscar caminhos para que a participação seja efetiva, e por todos. “Por isso, é preciso refutar, de modo veemente, a tendência atualmente presente no âmbito do estado e de setores do ensino que consiste em reduzir a gestão escolar a soluções estritamente tecnicistas importadas da administração empresarial capitalista” (PARO, 1998, p. 5).

Nesta direção, Dourado (2007) esclarece que a gestão educacional tem natureza e características próprias, sendo bem mais que “mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados” (DOURADO, 2007, p. 924). O autor relata que a gestão educacional deve ser vista com uma concepção ampla, tendo as políticas educacionais e os projetos pedagógicos das escolas como centralidade.

Ao mesmo tempo em que se prega a democracia, gestão participativa, onde todos possuem

direito de participarem como agente ativo nas decisões do rumo da instituição torna-se essencial que junto ao direito de participar, de se ter voz, que se venha acompanhado de conhecimento, de informações para as melhores decisões.

Ferreira (2000) salienta que o ideal democrático supõe cidadãos atentos, informados sobre as mudanças que acontecem na área pública, atentos aos acontecimentos políticos, aos problemas, estando assim capazes de decidirem qual melhor decisão tomar. Ele cita Dourado quanto à gestão democrática e a participação onde:

...convivemos com um leque amplo de interpretações e formulações reveladoras de distintas concepções acerca da natureza política e social da gestão democrática e dos processos de racionalização e participação, indo desde posturas de controle social (qualidade total) até perspectivas de participação efetiva, isto é participação cidadã (Dourado1998, apud FERREIRA, 2000, p. 167).

Souza (2009) por sua vez, vai além ao colocar que a gestão da escola pública é mais do que tomar decisões, deve-se ter uma postura fiscalizadora, de acompanhar as ações, identificar os problemas e avaliar os resultados. É preciso que haja diálogo, reconheça às especificidades das diversas funções presentes na escola, com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar.

2.5 Educação Profissional e Tecnológica

O conhecimento, analisando-se historicamente, sempre se restringiu as elites. A divisão das classes, que vem desde a época do escravismo, posicionou o trabalho manual numa condição de discriminação, ficando a preparação para o trabalho destinado aos desvalidos. Essa divisão se intensificou em 1940, devido às leis orgânicas da época, distinguindo os que deveriam ter uma formação mais intelectual, para seguir até o ensino superior, e os que deveriam ingressar no mercado de trabalho, tendo uma formação profissional. Essa situação começou a ser amenizada por volta dos anos de 1980, mais precisamente, no primeiro projeto de LDB, onde se buscou romper a dualidade – conhecimento geral e conhecimento técnico (CIAVATTA, 2005).

Ciavatta (2005) relata que a história da formação profissional no Brasil foi de luta entre uma formação versus a outra, tendo em vista seu impacto, não apenas na educação, como em outros segmentos, como a economia. A busca pelo aumento da produtividade, aos interesses dos meios de produção colocou a preparação para o mercado de trabalho como prioridade.

Podemos ver também em Araujo e Frigotto, (2015) onde consta que a educação escolar no Brasil tem sua estrutura curricular instrumental, ou seja, uma estrutura pragmática na área de atuação

do curso, para a área do fazer. Em 1990 a pedagogia que predominava era a pedagogia das competências, que tem o pragmatismo como filosofia, onde a construção do currículo tinha que ser voltado para atender as necessidades do mercado de trabalho, diferente da concepção da integração que é a formação humana, de maneira ampla.

Ciavatta (2005) explica a formação profissional na América Latina que não conseguiu alcançar um eixo estruturador que conectasse a cultura científica com a cultura humanista para todos, restando para população mais pobre uma formação incompleta, tecnicista, voltada apenas para o interesse do mercado de trabalho, estando à formação completa, integral preterida em função da empregabilidade. Diferente do que acontece nos países desenvolvidos onde a formação profissional é realizada de forma universalizada, desde o ensino fundamental tendo este eixo estruturador (CIAVATTA, 1998 apud CIAVATTA, 2005, p.6).

Buscando em Ramos (2014) a autora insere que a década de 1980 foi um período de conquistas de vitórias, embora a literatura às vezes atribua esse período como “década perdida”. A saúde e a educação foram temas que estavam nas pautas das políticas públicas e políticas sociais. Enquanto a área de saúde tenha conseguido estruturar o Sistema Único de Saúde (SUS), uma conquista que proporcionou a toda população acesso à saúde, sistematizando a nível nacional, entretanto, o mesmo não aconteceu, pelo menos não no mesmo nível de conquista, na área da educação, tendo em vista que não se obteve um sistema nacional de educação.

Com a disseminação do acesso à escola no Brasil, à dualidade passou a ser escolar. Embora tenha se conseguido, em certos aspectos, superar a dualidade na organização do ensino, que acabou ocorrendo no interior da escola, acontecendo “no seu conteúdo, nas suas finalidades e no destino profissional de cada um onde se define quem é que vai ter um futuro brilhante e quem não vai ter” (Ramos, 2014, pg 19). Ou seja, guia, direciona uma parcela dos alunos para certas carreiras – funções de prestígio – e outra parcela que irá desempenhar atividades comuns (RAMOS, 2014).

Ramos (2014) aborda que o tipo de formação – educação profissional e educação básica – no Brasil se dão de acordo com a classe social. Enquanto as classes sociais mais favorecidas poderiam se dar ao luxo de permanecer mais tempo na escola, onde a etimologia da palavra “escola” pela organização da escola moderna é a de lugar do ócio, os filhos das classes sociais menos favorecidas não poderiam ficar muito tempo na escola, já que teriam que ingressar cedo no mercado de trabalho para dar conta de sua existência.

Diante do dualismo que se configurou no Brasil, tanto social quanto educacional – separação da cultura geral e a cultura técnica – a formação integrada se apresenta como pauta para superar essa sociedade dividida, buscando formar o sujeito de forma ampla, integral. O conceito histórico origina-

se “... pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2005, p. 3).

Araujo e Frigotto (2015) relaciona alguns pressupostos na perspectiva integradora para a educação profissional, dentre elas destaco:

- O compromisso com a formação ampla e duradoura dos homens, em suas amplas capacidades.
- Que a teoria e a prática educativa constituam o núcleo articulador da formação profissional.
- A prática educacional sendo o ponto de partida e de chegada.
- A ação docente se revelando na prática concreta e na realidade social (ARAUJO E FRIGOTTO, 2015, p. 71-72).

Já Ramos (2014) descreve três sentidos para existência da integração no ensino médio. O primeiro sentido da integração é o filosófico, que segue a mesma linha da formação omnilateral, ou seja, trabalha a necessidade de integração entre o currículo – tanto na propositura do currículo como na sua criação, com prática pedagógica, e essas na prática dentro da escola, tendo as dimensões da vida. O currículo não pode ficar restrito as áreas da ciência, é preciso uma dimensão ampla, integrando com a cultura, o trabalho – principalmente na formação técnica –, tendo o trabalho como princípio educativo. O segundo sentido da integração é o político, este sentido representa que antes da prática é preciso um projeto, instruções no sentido de não haver separação da educação profissional da educação básica, daí o sentido político. O terceiro sentido da integração é epistemológico, tendo em vista que ao analisar o conhecimento científico de uma determinada área do conhecimento pode-se pensar que áreas tão distantes podem não ser possíveis de integração, observando de forma epistemológica, entretanto, se refletirmos sob o ponto de vista dos processos de produção, as áreas mais distintas se fazem presente neste processo, sendo elas das ciências humanas ou exatas. Por esse motivo a importância de se ter nas diretrizes curriculares o processo de integração. A integração não fica restrita ao currículo, mas também da grande importância que haja dentro da escola projetos integradores, valorizando e aproveitando os conhecimentos e experiências que cada aluno possui no processo educativo.

Pensar na formação integrada é refletir numa formação onde não exista divisão da ação de executar e a ação de pensar. Refere-se numa preparação completa, que não se limita ao aspecto prático do fazer, deve-se incluir a apropriação da base científica, a história daquele conhecimento específico, pois assim permitirá ao educando uma visão do todo e, conseqüentemente, uma atuação mais completa (CIAVATTA, 2005).

Araujo, Frigotto (2015) não restringe a integração ao ensino médio integrado, mas sim a concepção de ensino integrado, no seu sentido amplo. Desta forma, a formação integradora é compromisso, tendo o desenvolvimento do ser – sujeitos críticos, com capacidade de entender a realidade onde estão inseridos e também do mundo –, a formação dos trabalhadores para a vida – não restrita a sua profissão – como objetivo. O projeto pedagógico passa ser o norteador do processo de formação integrada.

Ciavatta (2005) ao refletir o que é formação integrada ou ensino médio integrado, o que se busca é a união da educação geral com a educação profissional, não apenas nos processos educativos – ensino inicial, técnico, tecnológico ou superior –, mas também nos processos produtivos. Possibilitando assim que o aluno se aproprie dos conhecimentos teóricos e práticos, tornando o trabalho um princípio educativo.

Ciavatta (2005), por sua vez, também apresenta algumas suposições para a concretização da formação integrada e humanizada, conforme será apresentada nos próximos parágrafos.

O “projeto social” refere-se em fazer com que os atores envolvidos no processo educativo trabalhem para que a formação não se restrinja a mera preparação para o mercado de trabalho. Para isso é necessário que além da escola, com seus educadores e também, não menos importante, que os governantes pensem em uma educação humanizada, e não meramente mecanizada. Pensar em uma formação mais ampla e não restrita aos interesses do mercado de trabalho, não significa ignorar o trabalho, pois este é essencial a sua sobrevivência, principalmente aos desfavorecidos (CIAVATTA, 2005).

A outra suposição está em “manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional”, ou seja, segue a linha de criar mecanismos legais, através dos atos normativos, e aparatos materiais, com orçamento para essa finalidade, para que então se consiga superar o dualismo entre a formação ampla e a específica. Esses elementos são essências para que não só haja o acesso do educando, mais também a sua permanência; que seja em todas as modalidades, permitindo o aumento da escolaridade; e que seja uma educação de qualidade (CIAVATTA, 2005).

Já “a adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e da formação específica” é uma suposição que tem o intuito de discutir possibilidades para integração do conhecimento geral e do conhecimento específico, a união da teoria na prática escolar. O projeto político pedagógico deve trazer orientações para que se possa de fato romper a dualidade entre o geral e o específico, tanto na construção do currículo, como caminhos para concretização nos processos de ensino-aprendizagem (CIAVATTA, 2005).

A “articulação da instituição com os alunos e os familiares” tem como pressuposto formar um ambiente propício que favoreça a formação integrada, a partir das condições materiais da escola, como também as condições materiais dos alunos. O processo educacional para lograr êxito não pode se restringir as condições físicas do portão para dentro da escola, é necessário que se preocupe também com as condições físicas dos alunos. Não adianta equipar a escola, prepará-la se o aluno tiver dificuldade para chegar até ela, e/ou tiver dificuldade para se manter, impossibilitando o sucesso escolar, tendo como exemplo a alimentação, questão essencial para manter o aluno na escola e em condições favoráveis ao aprendizado. É necessária uma relação da escola com os alunos, saber os desejos, os objetivos desses alunos e o que a escola pode contribuir para o alcance desses objetivos. A formação integrada não se faz de forma dispersa, a escola deve levar em consideração a visão “(i) que os alunos têm de si mesmos, (ii) das possibilidades de inserção social e laboral que o mundo externo lhes oferece e (iii) das modalidades formativas oferecidas pela escola” (CIAVATTA, 2005, p. 15).

Já “o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa”, desta forma, pressupõe ampliar possibilidades que favoreçam o processo criativo, sendo a escola um local desafiador, que consiga instigar descobertas, para isso é preciso que todos que estejam unidos a esses objetivos, havendo tanto uma consonância entre os professores, como nas disciplinas e nos conteúdos. Esse movimento democrático que possibilitará a ampliação dos horizontes, da visão de mundo, fortalecendo a formação integrada (CIAVATTA, 2005).

A “garantia de investimentos na educação” está em reservar recursos financeiros, não se contendo em cumprir os mínimos legais, ao pleno funcionamento da escola, na preparação dos professores e dos demais envolvidos no processo de ensino, na valorização da educação, de forma pública e gratuita, alcançando assim maior parcela da população, e de qualidade. Desta forma, estará no caminho de mudar a situação social do país. Não basta vontade dos que estão envolvidos diretamente nos processos ensino-aprendizagem, é necessário políticas públicas voltadas para a educação, com recursos necessários para a implantação da formação integrada, e não tentando fazer o que dá para implantar este com o mínimo reservado em lei (CIAVATTA, 2005).

Observamos desta forma, com base nestes três autores, que as conjecturas descritas em prol da efetivação da integralidade se relacionam e se complementam.

Araujo e Frigotto (2015) coloca que há práticas pedagógicas que favoreçam o plano de concretização do ensino integrado, mas deixa claro que não há um único jeito de desenvolver a integração, tendo em vista a existência de inúmeros mecanismos que podem contribuir para ampliação do conhecimento de mundo, sendo eles, por exemplo, a pretensão educacional e o próprio aluno.

Pensar na formação integrada é refletir numa formação onde não exista divisão da ação de executar e a ação de pensar, da atividade de dirigir ou pensar. Refere-se numa preparação completa, que não se limita ao aspecto prático do fazer, deve-se incluir a apropriação da base científica, a história daquele conhecimento específico, pois assim permitirá ao educando uma visão do todo e, conseqüentemente, uma atuação mais completa (CIAVATTA, 2005).

Para viabilização do ensino integrado, Araujo e Frigotto (2015) comenta que as práticas educativas não se restringem ao ambiente escolar, entretanto, para a realização do desenvolvimento de práticas pedagógicas, na concepção de ensino integrado, se faz necessário que haja estrutura física que favoreça a integração, não bastando o desejo dos gestores escolares e docentes (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

Falando em viabilização, nas possibilidades de concretização de projetos que caminhem em direção ao ensino integrado, entraremos no campo do currículo integrado.

O currículo “consiste em um campo ideológico por transmitir e produzir uma visão de mundo vinculado aos interesses dos grupos sociais, por meio das práticas educativas” (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015 p. 67, 68).

Ciavatta (2005) tem o trabalho, ciência e a cultura como temas pertencentes ao núcleo básico do currículo integrado. O trabalho aqui é visto como princípio educativo, da cidadania, pois os benefícios não se restringem a participação da riqueza que a sociedade gera, mas também das relações laborais que a atividade laboral proporciona. Aqui o trabalho se diferencia da forma alienante onde alguns trabalhadores se colocam na forma de exploração da mão de obra.

Ramos (2014) relata que não há um projeto pronto e acabado para que haja integração – até porque a sociedade está em constantes mudanças e a construção do currículo deve acompanhar – o processo deve ser contínuo, de forma coletiva e não preterindo os conhecimentos da área do trabalho e da cultura, por exemplo, em razão da ciência, mas integrá-los. Deve-se ter em mente que uma disciplina não é mais ou menos importante do que outra, não há hierarquia, cada área do conhecimento tem sua importância. Todas são passíveis de integração.

Araujo e Frigotto (2015) abordam que mais importante do que a construção do currículo, na concepção de ensino integrado, são “... de práticas pedagógicas integradoras que os sujeitos do ensino, principalmente, e da aprendizagem revelem uma atitude humana transformadora, que se materialize no seu compromisso político com os trabalhadores e com a sociedade dos trabalhadores...” (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p 64).

Ramos (2014) coloca que o currículo integrado não se resume em sistematizar conteúdos diversos dentro da grade curricular, ou inserir áreas do conhecimento que antes não existiam. Integrar envolve um processo mais amplo, conforme pôde ser verificado no curso. O mais importante

é iniciar da forma que seja possível. A autora relata que “talvez nenhuma, e nunca haverá uma escola que consiga implantar o currículo integrado em sua totalidade” (RAMOS, 2014, p. 25, 26).

Ainda descrevendo alguns pressupostos que se direcionam a formação integrada, a superação da dualidade, a seguir será apresentada três conceitos: escola unitária, formação omnilateral e a educação politécnica.

Ramos (2014) aborda dois conceitos para análise como argumentos para superar a estrutura dual de ensino, são eles: a “escola unitária” e a “formação omnilateral”. A escola unitária visa superar a escola dividida entre o fazer e o pensar, tanto na sua estrutura como no seu conteúdo. A formação da classe trabalhadora não pode se restringir ao fazer, é necessária uma formação que estimule a criatividade, o pensar, que trabalhe a base científica, desta forma, não haverá uma formação dividida, que direciona o tipo de formação com base no poder aquisitivo do indivíduo.

A formação omnilateral, assim como a escola unitária, desenvolve o processo formativo do indivíduo em seus diversos campos. O que caracteriza mais a omnilateralidade é ter o trabalho como princípio educativo. O trabalho aqui não se refere à profissão, mas o trabalho que está por traz da criação. O pão que se come diariamente, por exemplo, não se restringe a produção física, mas de todo processo de descoberta e evolução para se chegar ao pão que comemos hoje, como também de contínuas descobertas para seu melhoramento. A experiência que cada indivíduo colocou nessa produção, por isso que a formação omnilateral não exclui as experiências formativas que cada indivíduo possui, pois esta pode vir a ajudar tanto nas descobertas quanto em outras criações. (RAMOS, 2014).

Ramos (2014) também aborda o conceito de educação politécnica, que é a “formação que ensine múltiplas técnicas” (RAMOS, 2014, pg 21). A autora descreve que esse conceito não se restringe a formação das técnicas de produção, mas sua cultura, sua história, a base científica que envolve e envolve essa produção. Destarte, a formação do indivíduo não se restringe ao fazer, ao processo mecânico da repetição, pelo contrário, envolve um processo formativo mais amplo que proporcione entender o que está fazendo, por qual razão está fazendo, inclusive desenvolvendo capacidades que possam contribuir nas descobertas de novas técnicas nesse processo produtivo.

Muitos são os conceitos e pressupostos que desejam materialização de uma sociedade mais justa, igualitária. A formação do ser humano nas suas mais diversas formas é um caminho para construção dessa sociedade, portanto, a proposta de formação integrada, mesmo com seus desafios e dificuldades, não pode deixar de ser o horizonte a ser alcançado, mesmo que não se tenha todas as “ferramentas”, mesmo que não se esteja em um solo fértil, deve-se iniciar e persistir da forma que seja possível, mas não abandonar a sua concepção.

3 METODOLOGIA

Em 2020 foram realizadas duas pesquisas diagnósticas (qualitativa e quantitativa) junto às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, utilizando-se o site de Acesso a Informação (<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>), do Governo Federal, conforme item 4.1 e 4.2.

Inicialmente, o intuito foi buscar dados de ingresso de novos servidores neste recente processo de expansão e, principalmente, com a pesquisa diagnóstica qualitativa, obter informações de como o processo de formação dos servidores estava ocorrendo com as instituições que compõem a Rede Federal, este olhar mais amplo para que assim pudesse conhecer melhor o assunto a ser pesquisado, e como o tema estava sendo tratado na Rede Federal de Ensino – possíveis contribuições, desafios e experiências – e com isso, poder enriquecer a pesquisa na instituição a ser escolhida para se pesquisar e aplicar o produto educacional.

Essas duas pesquisas diagnósticas mais a pesquisa bibliográfica foram essenciais para entender a real situação do objeto, bem como na escolha do produto educacional para atenuar o problema identificado. Inicialmente a instituição escolhida foi o Instituto Federal do Rio de Janeiro, tendo em vista que instituição não possuía um curso de formação para os novos servidores, nem abordava os conceitos de Educação Profissional e Tecnológica aos seus servidores. Entretanto, no decorrer da pesquisa ocorreram algumas dificuldades para prosseguir a pesquisa, o que levou a troca da instituição, sendo escolhida o Instituto Federal Fluminense.

O Instituto Federal Fluminense possui atualmente um programa de formação para os novos servidores, onde este formato possui desde 2016, conforme informação obtido junto a Coordenação responsável, um módulo que aborda os conceitos da EPT, mas de forma mais geral. Desta forma, pensou-se na criação de um curso a distância de curta duração a fim de dar continuidade ao processo formativo dos servidores, mas com conceito mais específico da EPT, seguindo-se assim a metodologia de desenvolvimento. Assim, foi elaborado um curso a distância com o tema Currículo e Formação Integrada, pela plataforma de educação a distância do Instituto Federal Fluminense. Por coincidência, em maio de 2021 o curso de formação de novos servidores passou a ter este tema também no seu curso.

As duas pesquisas diagnóstica foram realizadas via plataforma de acesso à informação, onde possibilita os cidadãos obterem informações públicas, conforme assegura a Lei de Acesso à Informação – LAI nº12.527 (BRASIL, 2011), desta forma, este tipo de pesquisa não é registrada nem avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme consta no art.1º, parágrafo único, inciso II da Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 201.

- Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:
- I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
 - II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;
 - III – pesquisa que utilize informações de domínio público;
 - IV - pesquisa censitária;
 - V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
 - VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;
 - VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e
 - VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

Mesmo estando explícito na normativa da não necessidade de avaliação pelo CEP, para dirimir qualquer dúvida, no dia 5 de março de 2021 foi encaminhado e-mail para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, através do correio eletrônico conep@saude.gov.br, para saber se havia necessidade de encaminhamento para o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP das duas pesquisas em questão. A CONEP retornou o e-mail esclarecendo: “... por se tratar de uma pesquisa de opinião sem informações de dados pessoais não será necessário o encaminhamento para o sistema CEP/Conep” (ANEXO B).

Por essa pesquisa se tratar de desenvolvimento profissional, e esta não acontece de forma estanque, mas fruto de um processo contínuo, a metodologia de desenvolvimento foi adotada, já que esta pesquisa busca através de uma solução prática, contribuir para que outras pesquisas sejam realizadas e aperfeiçoadas, através das contribuições desta. Quanto a esta metodologia:

... por ser uma metodologia voltada para a construção de soluções práticas, não é feita para terminar. De fato, cada desenvolvimento é o resultado de uma etapa, de um processo de arquitetura cognitiva, e necessariamente será o início do próximo momento de aperfeiçoamento e de melhorias. Uma abordagem baseada em ciclos de estudo, análise, projeção, aplicação, resultados, que depois são reciclados, e assim quando for necessário, ou possível (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014, p. 27).

O produto educacional que contemplou a pesquisa foi um curso de curta duração onde ao final, teve um questionário eletrônico com sete perguntas mistas (aberta e fechada) com intuito de saber a efetividade e o retorno do tema à instituição, bem como sugestão para os futuros cursos que

envolvam a Educação Profissional e Tecnológica, tornando-se assim um processo de contínuo desenvolvimento neste processo formativo que é a capacitação.

O convite para realização do curso ocorreu em grupo de aplicativo de troca de mensagem, tanto em grupo de setor quanto em grupo dos servidores técnico-administrativos da Reitoria do IFFluminense, além do convite individual, tendo em vista a proximidade para finalização do mestrado. Devido a essa proximidade, o curso acabou não tendo uma atividade avaliativa dos conhecimentos adquiridos no curso, como também não foi certificada, sendo solicitado apenas que fosse respondido o questionário de avaliação do curso, que é o produto educacional, com intuito de saber se os objetivos propostos do curso foram ou não alcançados.

A linha de pesquisa será: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como macroprojeto de pesquisa: Organização de espaços pedagógicos da EPT abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. Os projetos devem investigar as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos próximos dois tópicos (item 4.1 e 4.2) serão abordados as duas pesquisas diagnósticas (qualitativa e quantitativa) junto às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No tópico seguinte (item 4.3) consta o resultado da avaliação do produto educacional e item 4.4 com análise dos resultados.

4.1 Ingresso de novos servidores Técnico-Administrativos na Rede Federal Ensino - RFEPCT

Em agosto de 2020 foi realizada uma pesquisa diagnóstica quantitativa junto às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, utilizando-se o site de Acesso a Informação, do Governo Federal, sendo uma instituição solicitada por e-mail, como meio de solicitar os dados de ingresso de servidores efetivos nos últimos 10 anos. Conforme tabela 1, fizeram parte da pesquisa os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, e Colégio Pedro II. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais ficaram de fora por possuírem uma estrutura organizacional diferente.

Tabela 1 - Ingresso de servidores na Rede Federal nos últimos 10 anos

Instituições de Ensino	Total de TAEs	Total de Docentes	Ingresso de TAEs de 2010 a 2015	Ingresso de TAEs de 2016 a 2020	Ingresso de Docentes de 2010 a 2015	Ingresso de Docentes de 2016 a 2020
IFFluminense	713	954	370	102	486	167
CP II	1.017	1.202	358	331	922	275
CEFET-MG	659	959	226	117	410	190
CEFET-RJ	603	857	269	92	351	121
IF BAIANO	815	809	484	415	417	307
IF GOIANO	667	724	291	124	571	152
IFAC	386	359	356	187	353	124
IFAL	840	998	387	307	591	263
IFAM	876	931	655	167	541	280

IFAP	338	273	130	216	158	160
IFB	503	644	340	162	361	283
IFBA	1.093	1.544	709	141	958	259
IFC	878	912	473	152	228	273
IFCE	1592	1959	762	485	712	827
IFES	1.367	1.493	496	217	575	266
IFFAR	679	732	426	116	439	201
IFG	885	1.126	719	194	939	222
IFMA	1.450	1.872	340	242	471	220
IFMG	886	991	642	310	656	392
IFMGSE	644	642	155	53	169	50
IFMS	608	590	320	286	294	296
IFMT	880	1.057	464	226	512	309
IFNMG	679	646	327	151	379	147
IFPA	1.024	1.316	329	439	337	593
IFPB	1.076	1.230	428	277	650	159
IFPE	1.066	1.235	425	285	583	230
IFPI	959	1.292	904	209	803	359
IFPR	952	1268	662	290	875	290
IFRJ	854	1046	301	388	580	243
IFRN	1.142	1.507	874	204	656	377
IFRO	569	617	376	123	287	263
IFRR	365	256	197	76	100	69
IFRS	771	947	561	210	602	345
IFSC	1.168	1.443	679	304	679	441
IFSE	677	507	303	192	266	72
IFSP	1.887	2.617	1.341	430	1.181	782
IFSPE	566	476	372	148	302	131
IFSul	807	968	374	96	402	190
IFSULDEMINAS	566	565	252	34	302	66
IFTM	555	571	375	117	441	121
IFTO	590	655	514	158	449	163

TOTAL	34.652	40.790	18.966	8.773	20.988	10.678
--------------	---------------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (2020).

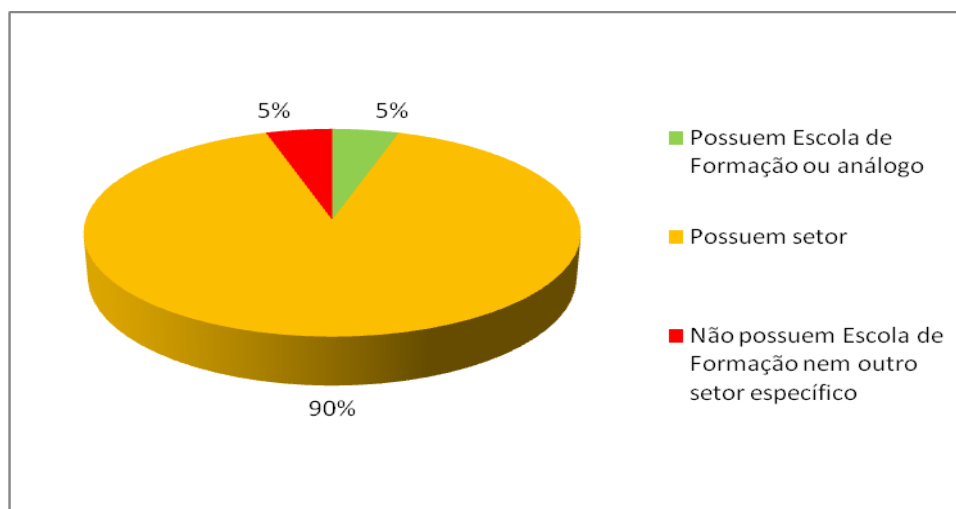
Realizando uma correlação do número de ingressantes com o quantitativo atual de servidores efetivos, grosso modo, um quarto tem menos de 5 (cinco) anos na instituição e, a metade, entre 5 (cinco) a 10 (dez) anos. Esses dados não são precisos tendo em vista que servidores que ingressaram podem não estar mais na instituição, tanto isso ocorreu que teve instituição que somando o período total – 2010 a 2020 – o quantitativo de ingressantes ultrapassou o atual quantitativo de servidores efetivo que a instituição possui.

4.2 Formação dos servidores Técnico-Administrativos na Rede Federal Ensino – RFEPECT

Em janeiro de 2020 foi realizada uma pesquisa diagnóstica qualitativa com os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, e Colégio Pedro II. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais ficaram de fora por possuírem uma estrutura organizacional diferente. A pesquisa contou com oito perguntas, sendo uma excluída devido a sua subjetividade e o meio pelo qual estava sendo solicitado, onde foram direcionadas as referidas instituições por meio do site de Acesso a Informação, do Governo Federal, sendo uma instituição solicitada por e-mail, com o objetivo de obter informações acerca de como é realizado o processo de formação dos servidores nestas instituições, bem como saber se os conceitos do Ensino Profissional e Tecnológico fazem parte desta formação. As instituições supramencionadas estão codificadas nesta pesquisa.

A primeira pergunta foi: “Este instituto possui Escola de Formação para seus servidores – docentes e TAEs? Caso não haja, há algum setor que cuide da formação dos mesmos?”. Conforme gráfico 1, das 41 instituições, 2 responderam no sentido de sim; 37 responderam que possuem um setor – Diretoria/Coordenação/Departamento/núcleo – que cuida da formação dos servidores; e 2 responderam que não possuem Escola de Formação nem outro setor específico.

Gráfico 1 - Relação das instituições da RFEPCT que possuem Escola de Formação ou outro setor que cuide da formação dos servidores

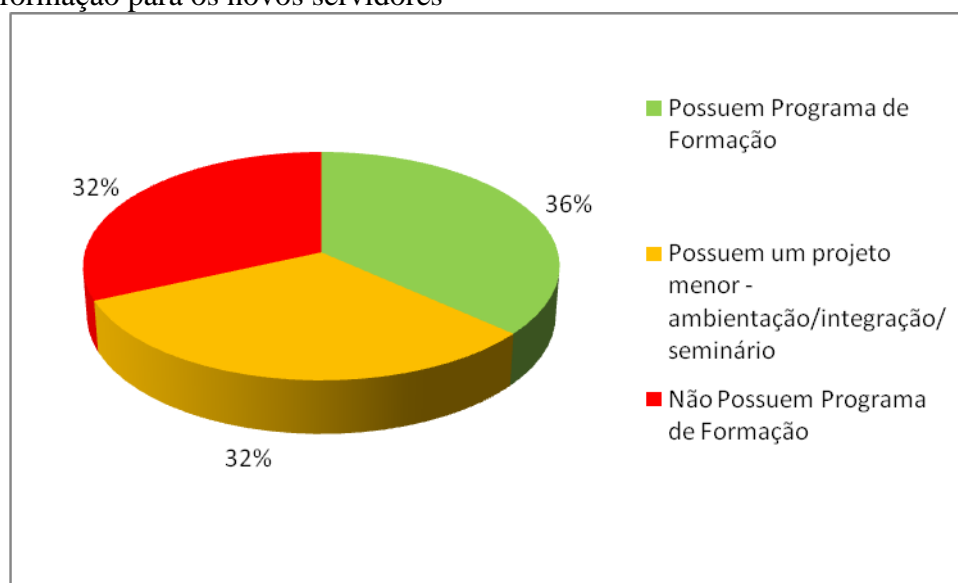


Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2020).

Entre as duas instituições que responderam no sentido de possuírem, uma se chama Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação, e a outra se chama Centro de Formação dos Servidores. Das 37 que responderam possuírem um setor, a maior parte está a cargo de uma Coordenação, que está subordinada a gestão de pessoas. Cabe ressaltar que o fato de não possuir um setor com nome direcionado para formação dos servidores, ou ter o nome Escola de Formação, não a torna menos eficiente, pois como foram verificados na resposta do item três da mesma pesquisa, 14 das 41 instituições, ou seja, 34% desses setores desenvolvem mais a parte da formação dos servidores do que as atividades burocráticas. Quanto aos outros dois institutos que informaram não possuírem Escola de Formação nem outro setor específico, apenas a instituição O informou não possuir nenhum dos dois, e a instituição P informou, apenas, que não possui Escola de Formação, não ficando claro quanto ao fato de também não possuir outro setor que cuide da formação dos seus servidores, mas por não deixar claro, acabou se enquadrando neste quesito.

A segunda pergunta foi: “Há algum Programa de Formação para os Novos Servidores? Se sim, quais disciplinas fazem parte deste programa?”. Conforme gráfico 2, das 41 instituições, 15 possuem Programa de Formação; 13 possuem um projeto menor - ambientação/integração/seminário; e as outras 13 não possuem Programa de Formação.

Gráfico 2 - Relação das instituições da RFEPCT que possuem programa de formação para os novos servidores

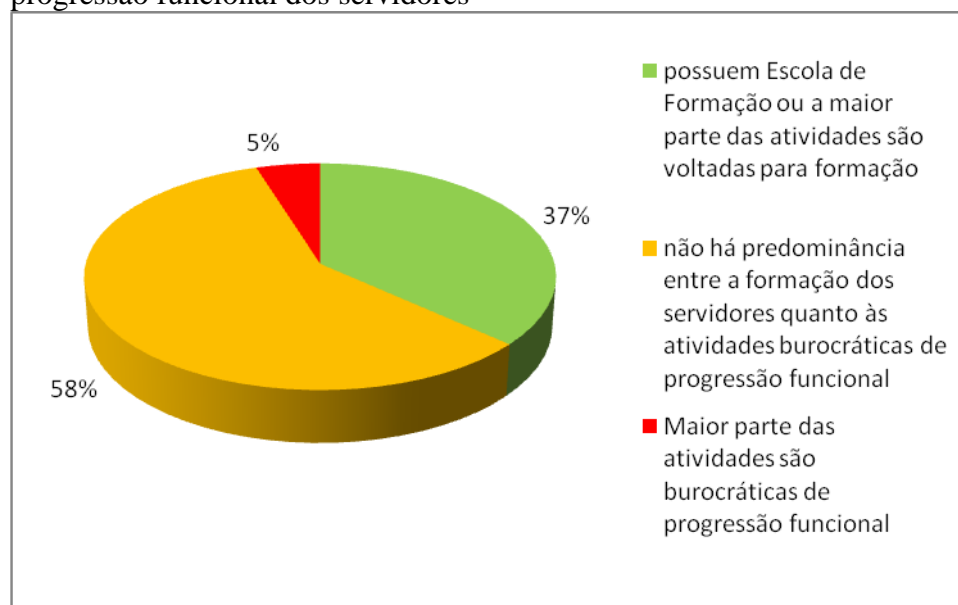


Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2020).

As 13 instituições que não possuem um Programa de Formação para os novos servidores, mas um projeto menor tem como objetivo apenas de integrar o novo servidor a estrutura organizacional, esclarecendo como funcionam os setores, esclarecendo algumas legislações, mas não há um trabalho de formação. Algumas instituições chamam este projeto de ambientação, outros de acolhimento, outros de integração, outros de seminário. As outras 13 instituições que não possuem o referido Programa de Formação, não informaram se havia, pelo menos, uma acolhida destes servidores, até porque a pergunta se referiu à questão da formação, e se restringiram a responder conforme foi perguntado. Desta maneira, pode ser que, uma ou outra, tenha algum projeto de acolhida.

A terceira pergunta foi: “Não tendo uma Escola de Formação, mas sim um setor, este tem a maior parte das atividades voltada para formação – cursos/treinamento - ou atividades voltadas para progressão funcional dos servidores?”. Conforme gráfico 3, das 41 instituições, 15 delas tem a maior parte das atividades voltadas para formação; 24 delas não há predominância entre a formação quanto às atividades burocráticas de progressão funcional; e 2 delas possuem a maior parte das atividades voltadas a progressão funcional, entre outras atividades burocráticas.

Gráfico 3 - Relação das instituições da RFEPCT onde o setor tem a maior parte das atividades voltada para formação - cursos/treinamento - ou atividades voltadas para progressão funcional dos servidores



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2020).

Quanto às 24 instituições onde os setores não cuidam especificamente da formação dos servidores, não é razoável crer que estes cuidem da formação menos que as outras 15 que tem a maior parte das atividades voltadas para formação, tendo em vista que se deve analisar a questão de forma mais abrangente. Mais importante que a existência de um setor, está na disponibilização de recursos físicos, financeiros e, a quantidade de servidores exclusivos para tal atividade.

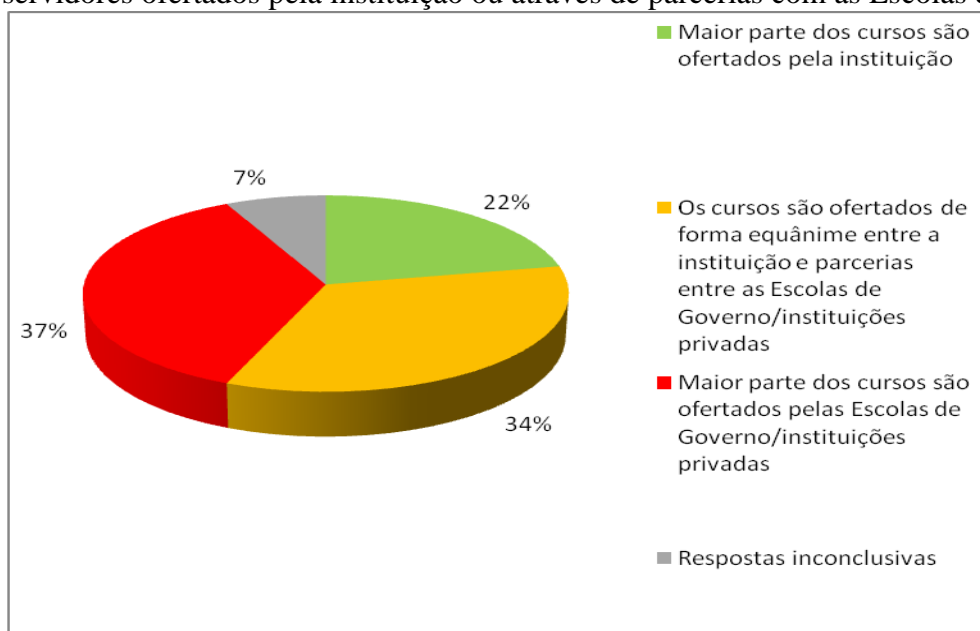
A quarta pergunta foi: “De que forma acontece a formação e o desenvolvimento dos servidores – docentes e TAEs – no decorrer da sua vida funcional?”. Através da análise das respostas foi possível constatar que, embora o processo de formação e desenvolvimento dos servidores ocorra de forma variada nas 41 instituições, os meios – cursos de curta duração, cursos in company, seminários, palestras, congressos – são os mesmos. Há cursos internos, em que a própria instituição oferta, bem como os externos, em que há parcerias. Cabe ressaltar que muitos desses cursos, principalmente para os TAEs, são realizados pelas Escolas de Governo, como a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Muitas instituições abordaram o Decreto n° 9.991 (BRASIL,2019), que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP. Consta no decreto que cada órgão elaborará anualmente o seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas, que irá vigorar no outro ano seguinte, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento da instituição. O referido plano deverá, entre outros, ofertar ações para o desenvolvimento dos servidores de forma equânime;

que as necessidades levantadas estejam alinhadas com a estratégia do órgão; definir ações de desenvolvimento que tomem as metas e objetivos institucionais como referência; conforme elencados no art. 3º, do mencionado decreto.

A quinta pergunta foi: “A maior parte dos cursos realizados pelos servidores é ofertado pela instituição ou através de parcerias com escolas de governos?”. Conforme gráfico 4, das 41 instituições, 9 delas tem a maior parte dos cursos realizados pelos servidores ofertados pela própria instituição; 14 delas tem os cursos realizados pelos servidores ofertados de forma equânime entre a própria instituição e parcerias entre as Escolas de Governo/instituições privadas; 15 delas tem a maior parte dos cursos realizados pelos servidores ofertados pelas Escolas de Governo/instituições privadas; e 3 delas tiveram respostas inconclusivas.

Gráfico 4 - Relação das instituições da RFEPCT que tem os cursos realizados pelos servidores ofertados pela instituição ou através de parcerias com as Escolas de Governos



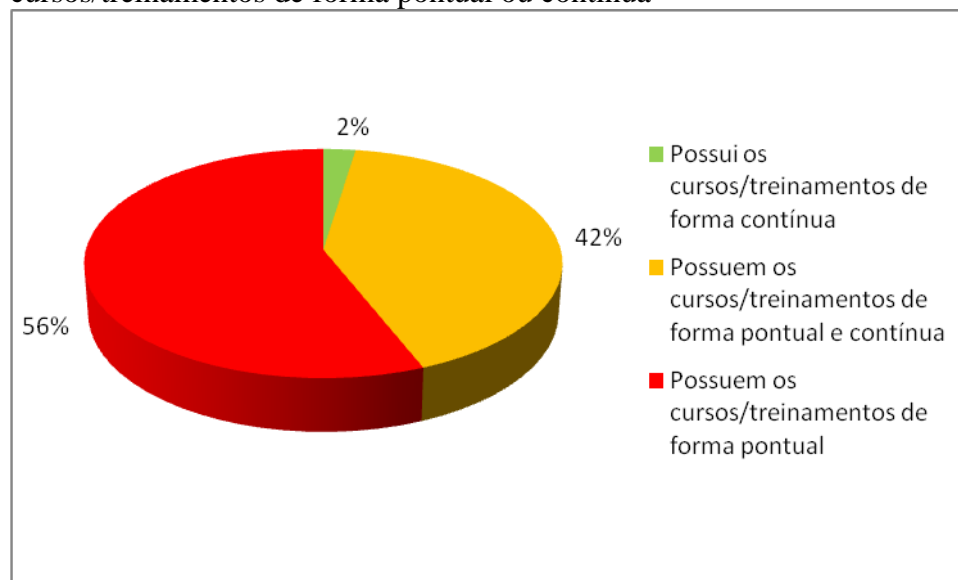
Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2020).

Algumas instituições responderam que devido ao contexto orçamentário com restrição de recursos, a maior parte dos cursos realizados pelos servidores ocorre dentro da unidade organizacional e em parcerias com Escolas do Governo, mas também contratação de empresas privadas. Também ouviu relato que os servidores buscam por iniciativa própria a realização dos cursos, não se restringindo a oferta da instituição.

A sexta pergunta foi: “Os cursos/ treinamentos são pontuais ou contínuos?”. Conforme gráfico 5, das 41 instituições, 1 respondeu que os cursos/treinamentos acontecem de forma contínua;

17 responderam que acontecem de forma pontual e contínua; e 23 responderam que acontecem de forma pontual.

Gráfico 5 - Relação das instituições da RFEPCT que possuem em seus cursos/treinamentos de forma pontual ou contínua



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2020).

A sétima pergunta foi: “Os conceitos do Ensino Profissional e Tecnológico fazem parte como conteúdo para formação dos servidores – docentes e Tæ? Se sim, I especificar de que forma acontece – curso, treinamento ou outro meio; II tempo de duração; III o momento – para os novos servidores ou todos e IV se é dado de forma pontual ou contínua?”. Conforme gráfico 6, das 41 instituições, 15 responderam que possuem os conceitos da EPT como conteúdo para formação dos servidores; 6 possuem uma breve abordagem sobre conceitos da EPT como conteúdo para formação dos servidores; e 20 não possuem os conceitos da EPT como conteúdo para formação dos servidores.

Analisando as respostas das 15 que responderam que possuem os conceitos da EPT foi possível verificar que a formação acontece através de seminários e cursos, sendo mais comum através deste último. Muitos são direcionados para os novos servidores, quanto aos demais também. Não foi possível identificar pelas respostas se essa formação acontece de forma pontual ou contínua, tendo em vista que, das 15, 4 responderam ser contínua, 3 responderam ser pontual, 3 responderam ambos, e as outras 5 não foram claras. Foi possível identificar que muitos desses cursos acontecem em módulos, junto com outros conteúdos diversos.

As 6 instituições que possuem uma breve abordagem sobre conceitos da EPT como conteúdo para formação dos servidores, possuem, em sua maioria, um programa de ambientação – uns

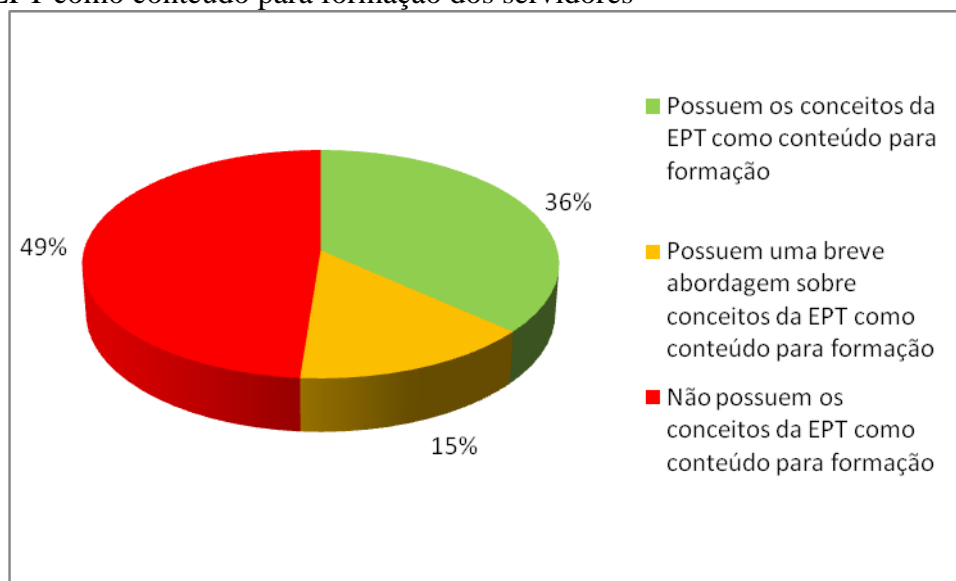
chamam seminário de integração, outro de seminário de iniciação ao serviço público e outro de ambientação de novos servidores – onde são apresentados vários conteúdos, dentre eles, os conceitos do Ensino Profissional e Tecnológica. Entretanto, o tempo direcionado ao conteúdo mencionado é ínfimo.

Algumas instituições mencionaram o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT); a instituição Q possui uma Especialização em Formação Pedagógica na Educação Profissional, Científica e Tecnológica; a instituição R mencionou que conta com uma Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica na rede de ensino à distância da Universidade Aberta do Brasil; a instituição S informou que oferece diversos cursos de especialização com foco na EPT, tais como: Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional, Especialização em Docência em Educação e Tecnologia, e Especialização em Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica; e a instituição T informou que oferta o curso Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio. Entretanto, na presente pesquisa não levou em consideração tais cursos, já que são restritos.

A licenciatura e algumas especializações supracitadas têm como objetivo habilitar os docentes que não possuem licenciatura, tendo em vista a realidade dos docentes da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, “... a realidade histórica de o magistério admitir em seus quadros um grande contingente de profissionais de áreas diversas, sem a qualificação pedagógica” (PEREIRA, 2004, p.3).

Neste item da pesquisa a instituição U além de ter mencionado o ProfEPT, que inclusive é a responsável pela coordenação nacional do Programa, informou que: “Até o momento não é oferecido um curso que traga os conceitos do Ensino Profissional e Tecnológico, porém, é uma excelente ideia, e podemos adequar nas próximas ações.”, ratificando assim a importância de um curso que possa trazer esses conceitos na formação dos servidores.

Gráfico 6 - Relação das instituições da RFEPCT que possuem os conceitos da EPT como conteúdo para formação dos servidores

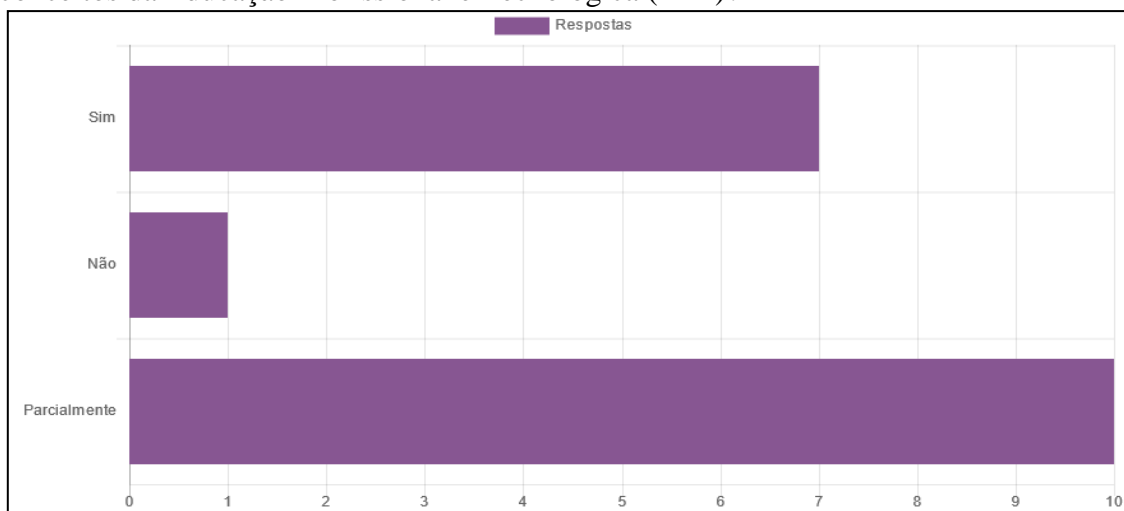


Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor (2020).

4.3 Questionário de Avaliação do Curso

O curso Introdução ao Currículo e Formação Integrada ocorreu pela plataforma de educação a distância do IFFluminense, com duração de 08h, no período de 24/08/2022 a 26/08/2022. Teve 24 matriculados, onde 5 nunca entraram para participar e dos 19 participantes, 18 responderam ao questionário. O questionário contou com 7 perguntas.

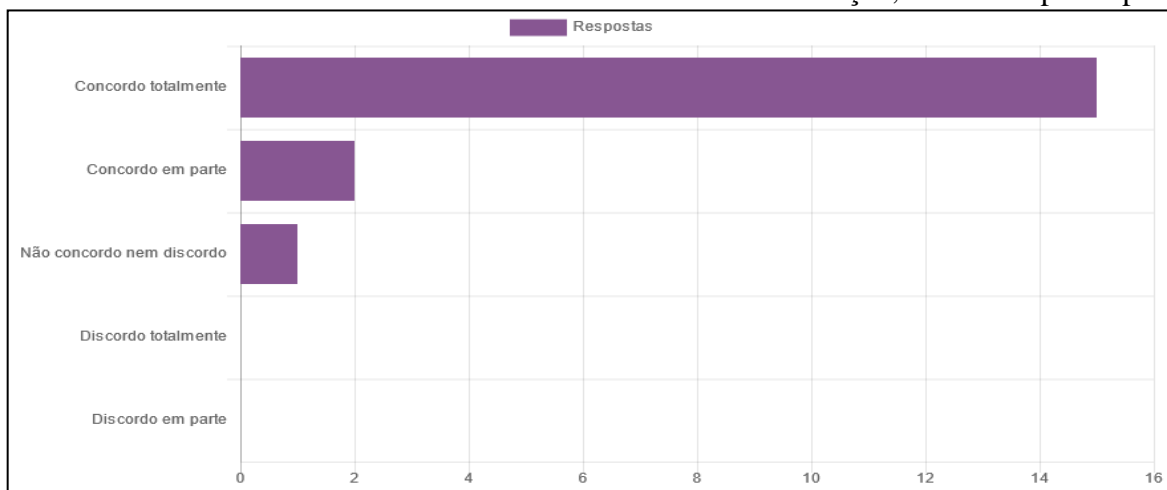
Gráfico 7 – Primeira pergunta: antes da realização do curso já teve contato com os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor

A maior parte dos participantes respondeu parcialmente, que corresponde 55,89% (10 pessoas). Uma parte também considerada respondeu sim, que corresponde 38,89%, (7 pessoas) e os outros 5,56% (1) respondeu não.

Gráfico 8 – Segunda pergunta: os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos conselhos consultivos e deliberativos na instituição, caso você participe?



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor

A maior parte dos participantes respondeu concordar totalmente, que corresponde 83,33% (15 pessoas). Uma parte bem menor respondeu concordar em partes, que corresponde 11,11%, (2 pessoas) e apenas 1 respondeu não concordar nem discordar, que corresponde 5,56%.

Essa questão também solicitou para que fosse feito um comentário, onde a maior parte se posicionou de forma positiva, conforme alguns relatos:

Participante: *Sim, pois a curso traz conhecimentos básicos que podem auxiliar a nós TAE'S a ter uma participação mais colaborativa nos Conselhos.*

Participante: *Sim. São conteúdos norteadores para a implementação de políticas dentro da instituição sendo importantes, portanto, para as tomadas de decisão nos diversos conselhos institucionais.*

Participante: *Sim, pois eles terão uma visão mais ampla um conhecimento mais aprofundado podendo assim tomar melhores decisões.*

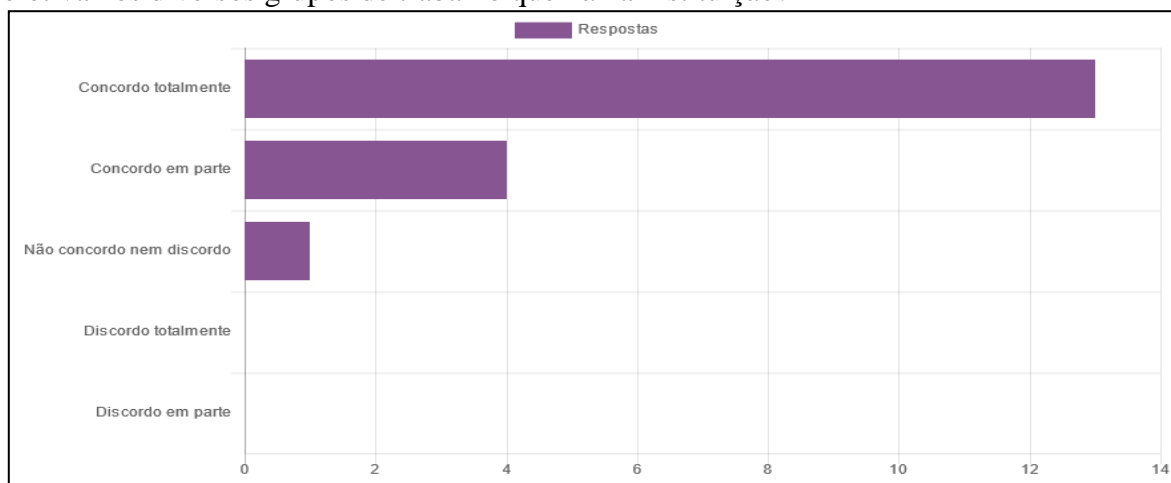
Participante: *Sim, a compreensão da EPT e da formação integrada é parte importante da prática profissional pensada para o atendimento aos cidadãos, e principalmente, ao aluno atendido pela instituição.*

Participante: *O conteúdo passa um visão de mundo ao olhar tecnológico. O que acaba trazendo à tona as especificidades condizentes e conducentes ao processo de trabalho ao qual os membros dos conselhos estão inseridos.*

Participante: *Compreender os princípios e benefícios da formação integrada traz à tona a necessidade de apropriação do conhecimento, permitindo vislumbrar uma atuação mais abrangente da instituição em prol da sociedade.*

Participante: *Sim, pois os conteúdos abordados contribuíram para destacar conceitos e concepções relacionados ao currículo, práticas pedagógicas e do ensino*

Gráfico 9 – Terceira pergunta: os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos diversos grupos de trabalho que há na instituição?



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor

A maior parte dos participantes respondeu concordar totalmente, que corresponde 72,22% (13 pessoas). Uma parte menor respondeu concordar em partes, que corresponde 22,22%, (4 pessoas) e apenas 1 respondeu não concordar nem discordar, que corresponde 5,56%.

Essa questão também solicitou para que fosse feito um comentário, onde a maior parte se posicionou de forma positiva, conforme alguns relatos:

Participante: *Sim, pois com esses conhecimentos podemos participar de GT's com conhecimento do lado educacional da Instituição, que muitas vezes como TAES não temos no dia a dia.*

Participante: *De forma até mais prática que nos conselhos, pois acaba trazendo uma percepção de realidade do mundo do trabalho tecnológico mais evidente.*

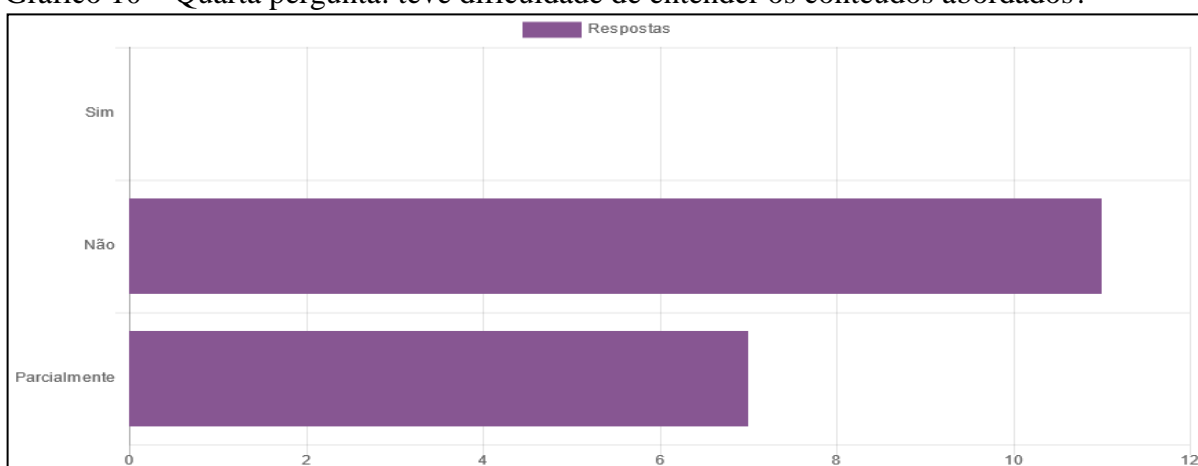
Participante: *Sim pois ampliou a minha visão sobre a educação profissional, o que facilitará o meu posicionamento diante das discussões sobre o tema nos grupos de trabalho.*

Participante: *Sim. São conteúdos norteadores para a implementação de políticas dentro da instituição direcionando a formação e execução dos grupos de trabalho.*

Participante: *Creio que a compreensão sobre os temas apresentados formarão uma base de conhecimento que me possibilitará atuar nestes grupos de trabalho. No entanto, como técnico-administrativo e considerando meu setor de atuação, não tenho desenvolvido ações relacionadas à área de ensino.*

Participante: *Sim pois a apresentação do conteúdo foi importante para entender a questão da divisão do ensino entre fazer e pensar e a importância do Iff para quebrar esse paradigma através de suas políticas educacionais.*

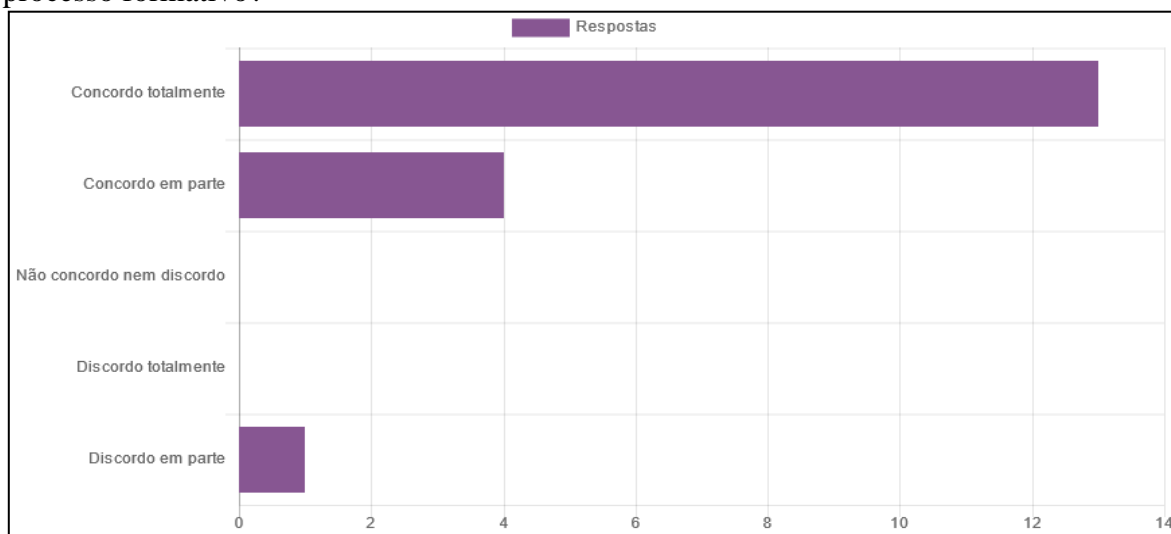
Gráfico 10 – Quarta pergunta: teve dificuldade de entender os conteúdos abordados?



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor

A maior parte dos participantes respondeu não, que corresponde 61,11% (11 pessoas). Uma parte menor, porém próxima, respondeu parcialmente, que corresponde 38,89%, (7 pessoas).

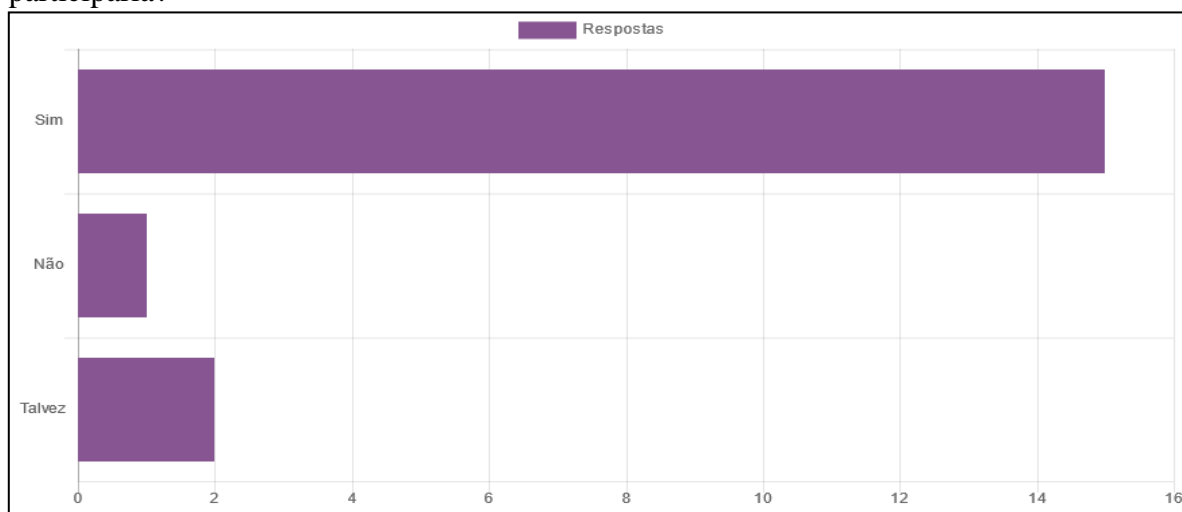
Gráfico 11 – Quinta pergunta: o tema abordado, bem como os conteúdos, contribuiu para o seu processo formativo?



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor

A maior parte dos participantes respondeu concordar totalmente, que corresponde 72,22% (13 pessoas). Uma parte menor respondeu concordar em partes, que corresponde 22,22%, (4 pessoas) e apenas 1 respondeu discordar em partes, que corresponde 5,56%.

Gráfico 12 – Sexta pergunta: se houvesse outro curso que abordasse os conceitos da EPT, você participaria?



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor

A maior parte dos participantes respondeu sim, que corresponde 83,33% (15 pessoas). Uma parte pequena respondeu talvez, que corresponde 11,11%, (2 pessoas) e apenas 1 respondeu não, que corresponde 5,56%.

A sétima pergunta solicitou que deixasse alguma(s) sugestão(ões), caso venha ter outros cursos com o mesmo tema?

Alguns servidores respondeu não possuir sugestão, outros responderam quanto à linguagem ser mais didática e outras contribuições, conforme relato:

Participante: *Utilização de linguagem o mais simplificada possível, de fácil entendimento e clara.*

Participante: *Ser mais didático e elucidado*

Participante: *que sejam EAD*

Participante: *Uma reflexão sobre a nossa prática de trabalho nessa perspectiva tendo em vista que ao passarmos no concurso muitas vezes nos paramos de pensar e passamos apenas a executar o trabalho muitas vezes alimentando sistemas prontos do governo.*

Participante: *SUgiro que o próximo curso seja não somente para preparar o cidadão para o exercício das profissões, mas tb os desafios emocionais enfrentados no ambiente profissional.*

4.4 Análise dos Resultados

Após a realização da pesquisa, foi possível verificar que mais da metade dos participantes, em torno de 55%, já tiveram contato com os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica, mas de forma parcial, e outra parcela, um pouco menor, em torno de 39%, informaram já ter contato com o tema. O fato da maior parte dos participantes só terem um contato parcial pode estar relacionado ao fato de não haver continuidade no processo formativo, pelo menos, com os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica, tanto quando perguntado se teve dificuldade de entender os conteúdos abordados, uma parcela significativa, em torno de 39%, informou possuir.

Quando perguntado se os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos conselhos consultivos e deliberativos na instituição, caso o participante venha fazer parte, a maior parte, em torno de 83% informaram concordar totalmente. Outro indicador elevado foi a concordância totalmente dos participantes, em torno de 72%, no que diz respeito aos conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos diversos grupos de trabalho dentro da instituição.

O resultado que se obteve com a aplicação do produto foi que o curso proposto contribuiu para o processo formativo dos servidores Técnico-Administrativos, e que os conceitos em educação

profissional e tecnológico – EPT possuem grande capacidade de contribuir para atuação mais efetiva dentro da instituição, como os conselhos de representatividade.

Através da presente pesquisa foi possível identificar que a formação dos servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está muito aquém, sobretudo em se tratando de instituições de ensino. Em 90% das instituições supramencionadas não há Escola de Formação, mas sim um setor; e apenas 37% tem a maior parte das atividades voltadas para formação. Meramente 36% possuem um Programa de Formação para os servidores; tão somente 22% das instituições da Rede tem a maior parte dos cursos ofertados pela própria instituição, reflexo também da restrição orçamentária. No geral, os 56% dos cursos e treinamentos acontecem de forma pontual e, a parte mais relevante para a pesquisa, identificamos que apenas 36% das instituições que compõem a presente Rede Federal possuem os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica como conteúdo para formação dos seus servidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Federal Fluminense ao longo dos anos vem se preocupando na inserção dos conceitos em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, diferente do que acontece com a maioria das demais instituições que compõem a Rede Federal de Ensino, tendo em vista que somente 36% possuem os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica como conteúdo para formação dos seus servidores. Entretanto, se faz necessário que este processo de formação seja continuado, ainda mais por se tratar de um conteúdo que muitos ainda não têm tanta familiaridade. É preciso avançar e poder tornar possível que esse conteúdo seja abordado não de forma pontual, até porque o conteúdo – ainda mais para os Técnico-Administrativos que possuem uma formação muitas das vezes distante da área educacional – não tem tanta facilidade de compreender o tema, conforme pode ser verificado na pesquisa aplicada aos que participaram do curso, onde 39% dos entrevistados tiveram uma dificuldade parcial de entender o conteúdo abordado. Deixando claro essa dificuldade também pode estar relacionada ao formato do curso em si, não necessariamente ao conteúdo de forma geral.

O que ficou claro, após a aplicação do curso com os conceitos em EPT, é o poder que este possui de contribuir no processo de formação, no caso em questão, dos Técnico-Administrativos em Educação, para atuarem nos ambientes onde se discutem a direção da instituição, como os conselhos deliberativos e consultivos. Não basta ter cadeira para todos participarem de forma democrática se não lhe é permitido atuar de forma plena, capaz de contribuir com o destino da escola.

Ferramentas para isso existem, interesse de participar também, conforme revelou 83% dos participantes da pesquisa, agora é avançar para que os conceitos em EPT possa fazer parte do processo formativo dentro da instituição de forma contínua, e que cada processo de intervenção não seja isolado, mas que os anteriores possam servir de base para melhorias dos demais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>.

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Fala.BR. **Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação**. Disponível em: <<https://sistema.ouvidorias.gov.br/Login/Identificacao.aspx?idFormulario=3&tipo=8&ReturnUrl=%2fpublico%2fManifestacao%2fRegistrarManifestacao.aspx%3fidFormulario%3d3%26tipo%3d8%26origem%3didp%26modo%3d>> Acesso em 24 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Acesso à Informação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>> Acesso em 25 jan. 2020.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Quem é Quem**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica-setec>> Acesso em 23 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Economia. Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>> Acesso em 23 nov. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri: Manole, 4º ed., 2014.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Trabalho Necessário*, v.3, n.3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.

DOURADO, Luis Fernandes. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. *Educ. Soc.*, Campinas: V. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

FERNANDES, Karina Ribeiro; ZANELLI, José Carlos. O Processo de Construção e Reconstrução das Identidades dos Indivíduos nas Organizações. *Revista de Administração Contemporânea*. Curitiba: V. 10, n. 1, p. 55-72, jan./mar. 2006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana**: conceitos e possibilidades, Brasília/DF, v.17, nº 72, p.167-177, fev/jun. 2000.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos**. Conceitos, Ferramentas e Procedimentos. São Paulo: Atlas, 2014.

LACOMBE, Francisco. **Recursos Humanos**. Princípios e Tendências. São Paulo: Saraiva, 2º ed., 2011.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e escola**: a aprendizagem flexibilizada. Anais. Reunião Científica Regional da ANPED – XI ANPED SUL. Curitiba/PR, p. 1-22, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>> Acesso em 09 dez. 2019.

MATTA, A. E. R.; SILVA, F. de P. S. da; BOAVENTURA, E. M. Design-Based Research ou Pesquisa de Desenvolvimento: Metodologia para Pesquisa Aplicada de Inovação em Educação do Século XXI. *Revista da FAEBA – Educação Contemporaneidade*. Salvador: V. 23, n. 42, p. 23-36, jul./dez. 2014.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Funcionários de Escolas**: cidadãos, educadores, profissionais e gestores. *Formação Pedagógica*, (Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação. Profuncionário). Brasília, 2005.

MORAES, José Valdivino de. **A carreira e a gestão da escola**: valorização e democracia. *Retratos da Escola*, Brasília/DF, v. 3, n. 5, p. 399-412, jul./dez. 2009.

PARO, Vitor Henrique. *A Gestão da Educação ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública*. São Paulo, 1998.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Plataforma Nilo Peçanha 2020 (Ano Base 2019)**. Disponível em <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>> Acesso em 02 dez. 2020.

PEREIRA, L. A. C. *A Formação de Professores para e a Capacitação de Trabalhadores da Educação Profissional e Tecnológica*. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/tema5a.pdf>> Acesso em 22 nov. 2020.

PORTAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>> Acesso em 08 out. 2020.

PORTAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Instituições da Rede**. Disponível em:

<http://redefederal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=1001:unidades-da-rede>
Acesso em 02 dez. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. Cadernos de Pesquisa em Educação, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan. / jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>.

SAVIANI, D. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Movimento-revista de educação, n. 4, 9 ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar Democrática. Educação em Revista. Belo Horizonte: V. 25, n. 3, p. 123-140, dez., 2009.

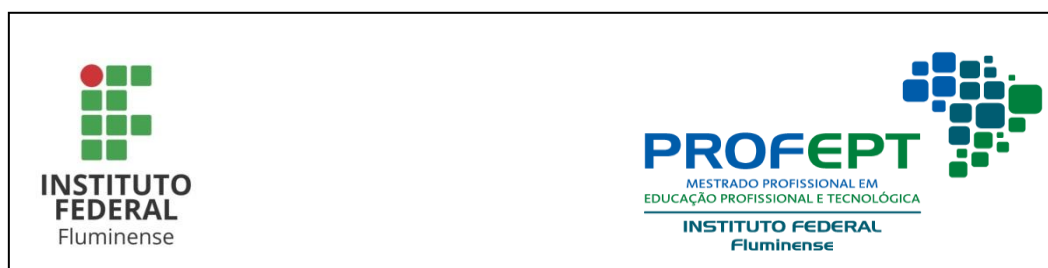
APÊNDICE A – Produto Educacional

INTRODUÇÃO AO CURRÍCULO E FORMAÇÃO INTEGRADA

CURSO

Fabício Pinheiro Lima
Severino Joaquim Correia Neto

Produto Educacional



2022

Ementa

Nome do curso: Introdução ao Currículo e Formação Integrada

Carga horária: 8h

Tempo de duração: de 24/08/2022 a 26/08/2022

Metodologia: à distância

Plataforma: Plataforma de Educação a Distância do IFF

Certificado: não haverá

Público-alvo: Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense

Objetivos: o objetivo deste estudo é capacitar os Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense com conhecimentos que versem sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), buscando desta forma, que estes servidores consigam cooperar nas discussões de representatividades dos Conselhos deliberativos e consultivos, bem como nos grupos de trabalho do IFFluminense, tendo em vista ao conhecimento adquirido no curso; como também contribuir para que outros cursos sobre o mesmo tema sejam realizados e aperfeiçoadas na instituição.

Conteúdo programático:

- Formação integrada;
- Ensino médio integrado;
- História da educação profissional no Brasil;
- Dualismo (separação da cultura geral e da cultura técnica);
- Conceitos na perspectiva superar a estrutura dual de ensino;
- Pressupostos na perspectiva integradora para a educação profissional;
- Currículo integrado;
- Organização e elaboração dos currículos formativos, do currículo situando-o em suas determinações sociais.

Introdução ao Currículo e Formação Integrada

Currículo

Caro (a) cursista,

Neste tópico será apresentado, através do artigo de Dermeval Saviani, o conceito de currículo, a organização e elaboração dos currículos formativos, do currículo situando-o em suas determinações sociais, e os demais temas que percorrem na formação do currículo.

Boa leitura!



EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular

Referencial Teórico

Caro(a) Cursista,

Neste tópico será discutido de forma breve, com base nos autores: Ronaldo Araújo, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos; sobre a formação integrada, currículo integrado, o dualismo (separação da cultura geral e técnica), pressupostos para concretização da formação integrada, e outros temas que perpassam pela integralidade.

Bons estudos!

O conhecimento, analisando-se historicamente, sempre se restringiu as elites. A divisão das classes, que vem desde a época do escravismo, posicionou o trabalho manual numa condição de discriminação, ficando a preparação para o trabalho destinado aos

desvalidos. Essa divisão se intensificou em 1940, devido às leis orgânicas da época, distinguindo os que deveriam ter uma formação mais intelectual, para seguir até o ensino superior, e os que deveriam ingressar no mercado de trabalho, tendo uma formação profissional. Essa situação começou a ser amenizada por volta dos anos de 1980, mais precisamente, no primeiro projeto de LDB, onde se buscou romper a dualidade – conhecimento geral e conhecimento técnico (CIAVATTA, 2005).

Ciavatta (2005) relata que a história da formação profissional no Brasil foi de luta entre uma formação versus a outra, tendo em vista seu impacto, não apenas na educação, como em outros segmentos, como a economia. A busca pelo aumento da produtividade, aos interesses dos meios de produção colocou a preparação para o mercado de trabalho como prioridade.

Podemos ver também em Araujo e Frigotto, (2015) onde consta que a educação escolar no Brasil tem sua estrutura curricular instrumental, ou seja, uma estrutura pragmática na área de atuação do curso, para a área do fazer. Em 1990 a pedagogia que predominava era a pedagogia das competências, que tem o pragmatismo como filosofia, onde a construção do currículo tinha que ser voltado para atender as necessidades do mercado de trabalho, diferente da concepção da integração que é a formação humana, maneira ampla.

Ciavatta (2005) explica a formação profissional na América Latina que não conseguiu alcançar um eixo estruturador que conectasse a cultura científica com a cultura humanista para todos, restando para população mais pobre uma formação incompleta, tecnicista, voltada apenas para o interesse do mercado de trabalho, estando à formação

completa, integral preterida em função da empregabilidade. Diferente do que acontece nos países desenvolvidos onde a formação profissional é realizada de forma universalizada, desde o ensino fundamental tendo este eixo estruturador (CIAVATTA, 1998 apud CIAVATTA, 2005, p.6).

Buscando em Ramos (2014) a autora insere que a década de 1980 foi um período de conquistas de vitórias, embora a literatura às vezes atribua esse período como “década perdida”. A saúde e a educação foram temas que estavam nas pautas das políticas públicas e políticas sociais. Enquanto a área de saúde tenha conseguido estruturar o Sistema Único de Saúde (SUS), uma conquista que proporcionou a toda população acesso à saúde, sistematizando a nível nacional, entretanto, o mesmo não aconteceu, pelo menos não no mesmo nível de conquista, na área da educação, tendo em vista que não se obteve um sistema nacional de educação.

Com a disseminação do acesso à escola no Brasil, à dualidade passou a ser escolar. Embora tenha se conseguido, em certos aspectos, superar a dualidade na organização do ensino, que acabou ocorrendo no interior da escola, acontecendo “no seu conteúdo, nas suas finalidades e no destino profissional de cada um onde se define quem é que vai ter um futuro brilhante e quem não vai ter” (RAMOS, 2014, pg 19). Ou seja, guia, direciona uma parcela dos alunos para certas carreiras – funções de prestígio – e outra parcela que irá desempenhar atividades comuns (RAMOS, 2014).

Ramos (2014) aborda que o tipo de formação – educação profissional e educação básica – no Brasil se dão de acordo com a classe social. Enquanto as classes sociais mais favorecidas poderiam se dar ao luxo de permanecer mais tempo na escola, onde a etimologia da palavra

“escola” pela organização da escola moderna é a de lugar do ócio, os filhos das classes sociais menos favorecidas não poderiam ficar muito tempo na escola, já que teriam que ingressar cedo no mercado de trabalho para dar conta de sua existência.

Diante do dualismo que se configurou no Brasil, tanto social quanto educacional – separação da cultura geral e a cultura técnica – a formação integrada se apresenta como pauta para superar essa sociedade dividida, buscando formar o sujeito de forma ampla, integral. O conceito histórico origina-se “... pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2005, p. 3).

Vídeo

Entrevista com a Profa. Maria Ciavatta

Clique aqui

<https://www.youtube.com/watch?v=Tei-GG2mOQY>

Duração do vídeo: 27 min;

Temas abordados:

- História da EPT no Brasil;
- Totalidade social da formação;
- Legislação da EPT;
- Educação Profissional;
- Formação para o mercado.

Fonte YouTube

Araujo e Frigotto (2015) relaciona alguns pressupostos na perspectiva integradora para a educação profissional, dentre elas destaque:

- **O compromisso com a formação ampla e duradoura dos homens, em suas amplas capacidades.**

- **Que a teoria e a prática educativa constituam o núcleo articulador da formação profissional.**
- **A prática educacional sendo o ponto de partida e de chegada.**
- **A ação docente se revelando na prática concreta e na realidade social (ARAUJO E FRIGOTTO, 2005, p. 71-72).**

Já Ramos (2014) descreve três sentidos para existência da integração no ensino médio. O primeiro sentido da integração é o filosófico, que segue a mesma linha da formação omnilateral, ou seja, trabalha a necessidade de integração entre o currículo – tanto na propositura do currículo como na sua criação, com prática pedagógica, e essas na prática dentro da escola, tendo as dimensões da vida. O currículo não pode ficar restrito as áreas da ciência, é preciso uma dimensão ampla, integrando com a cultura, o trabalho – principalmente na formação técnica –, tendo o trabalho como princípio educativo. O segundo sentido da integração é o político, este sentido representa que antes da prática é preciso um projeto, instruções no sentido de não haver separação da educação profissional da educação básica, daí o sentido político. O terceiro sentido da integração é epistemológico, tendo em vista que ao analisarmos o conhecimento científico de uma determinada área do conhecimento pode-se pensar que áreas tão distantes podem não ser possíveis de integrá-las, observando de forma epistemológica, entretanto, se refletirmos sob o ponto de vista dos processos de produção, as áreas mais distintas se fazem presente neste processo, sendo elas das ciências humanas ou exatas. Por esse motivo a importância de se ter nas diretrizes curriculares o processo de integração. A integração não fica restrita ao currículo, mas também de grande importância que haja dentro da escola projetos integradores,

valorizando e aproveitando os conhecimentos e experiências que cada aluno possui no processo educativo.

Pensar na formação integrada é refletir numa formação onde não exista divisão da ação de executar e a ação de pensar. Refere-se numa preparação completa, que não se limita ao aspecto prático do fazer, deve-se incluir a apropriação da base científica, a história daquele conhecimento específico, pois assim permitirá ao educando uma visão do todo e, conseqüentemente, uma atuação mais completa (CIAVATTA, 2005).

Araujo e Frigotto (2015) não restringe a integração ao ensino médio integrado, mas sim a concepção de ensino integrado, no seu sentido amplo. Desta forma, a formação integradora é compromisso, tendo o desenvolvimento do ser – sujeitos críticos, com capacidade de entender a realidade onde estão inseridos e também do mundo –, a formação dos trabalhadores para a vida – não restrita a sua profissão – como objetivo. O projeto pedagógico passa ser o norteador do processo de formação integrada.

Ciavatta (2005) ao refletir o que é formação integrada ou ensino médio integrado, o que se busca é a união da educação geral com a educação profissional, não apenas nos processos educativos – ensino inicial, técnico, tecnológico ou superior –, mas também nos processos produtivos. Possibilitando assim que o aluno se aproprie dos conhecimentos teóricos e práticos, tornando o trabalho um princípio educativo.

Vídeo

Entrevista com o Prof. Gaudêncio Frigotto

Clique aqui

<https://www.youtube.com/watch?v=tdYeddLgZ0U>

Duração do vídeo: 29 min;

Temas abordados:

- Dualidade educacional;
- Formação integrada;
- Formação para o mercado;
- Formação de mão de obra simples;
- Ensino médio técnico e profissional (com base: na ciência; no trabalho e na cultura);
- Currículo.

Fonte YouTube

Ciavatta (2005), por sua vez, também apresenta algumas suposições para a concretização da formação integrada e humanizada, são eles:

O “projeto social” refere-se em fazer com que os atores envolvidos no processo educativo trabalhem para que a formação não se restrinja a mera preparação para o mercado de trabalho. Para isso é necessário que além da escola, com seus educadores e também, não menos importante, que os governantes pensem em uma educação humanizada, e não meramente mecanizada. Pensar em uma formação mais ampla e não restrita aos interesses do mercado de trabalho, não significa ignorar o trabalho, pois este é essencial a sua sobrevivência, principalmente aos desfavorecidos (CIAVATTA, 2005).

A outra suposição está em “manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional”, ou seja, segue a linha de criar mecanismos legais, através dos atos normativos, e aparatos materiais, com orçamento para essa finalidade, para que então se consiga superar o dualismo entre a formação ampla e a específica. Esses elementos são essências para que não só haja o acesso do

educando, mais também a sua permanência; que seja em todas as modalidades, permitindo o aumento da escolaridade; e que seja uma educação de qualidade (CIAVATTA, 2005).

Já “a adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e da formação específica” é uma suposição que tem o intuito de discutir possibilidades para integração do conhecimento geral e do conhecimento específico, a união da teoria na prática escolar. O projeto político pedagógico deve trazer orientações para que se possa de fato romper a dualidade entre o geral e o específico, tanto na construção do currículo, como caminhos para concretização nos processos de ensino-aprendizagem (CIAVATTA, 2005).

A “articulação da instituição com os alunos e os familiares” tem como pressuposto formar um ambiente propício que favoreça a formação integrada, a partir das condições materiais da escola, como também as condições materiais dos alunos. O processo educacional para lograr êxito não pode se restringir as condições físicas do portão para dentro da escola, é necessário que se preocupe também com as condições físicas dos alunos. Não adianta equipar a escola, prepará-la se o aluno tiver dificuldade para chegar até ela, e/ou tiver dificuldade para se manter, impossibilitando o sucesso escolar, tendo como exemplo a alimentação, questão essencial para manter o aluno na escola e em condições favoráveis ao aprendizado. É necessária uma relação da escola com os alunos, saber os desejos, os objetivos desses alunos e o que a escola pode contribuir para o alcance desses objetivos. A formação integrada não se faz de forma dispersa, a escola deve levar em consideração a visão “(i) que os alunos têm de si mesmos, (ii) das possibilidades de

inserção social e laboral que o mundo externo lhes oferece e (iii) das modalidades formativas oferecidas pela escola” (CIAVATTA, 2005, p. 15).

Já “o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa”, desta forma, pressupõe ampliar possibilidades que favoreçam o processo criativo, sendo a escola um local desafiador, que consiga instigar descobertas, para isso é preciso que todos que estejam unidos a esses objetivos, havendo tanto uma consonância entre os professores, como nas disciplinas e nos conteúdos. Esse movimento democrático que possibilitará a ampliação dos horizontes, da visão de mundo, fortalecendo a formação integrada (CIAVATTA, 2005).

A “garantia de investimentos na educação” está em reservar recursos financeiros, não se contendo em cumprir os mínimos legais, ao pleno funcionamento da escola, na preparação dos professores e dos demais envolvidos no processo de ensino, na valorização da educação, de forma pública e gratuita, alcançando assim maior parcela da população, e de qualidade. Desta forma, estará no caminho de mudar a situação social do país. Não basta vontade dos que estão envolvidos diretamente nos processos ensino-aprendizagem, é necessário políticas públicas voltadas para a educação, com recursos necessários para a implantação da formação integrada, e não tentando fazer o que dá para implantar este com o mínimo reservado em lei.

Observamos desta forma, com base nestes três autores, que as conjecturas descritas em prol da efetivação da integralidade se relacionam e se complementam.

Araujo e Frigotto (2015) coloca que há práticas pedagógicas que favoreçam o plano de concretização do ensino integrado, mas deixa claro que não há um único jeito de desenvolver a integração, tendo em vista a

existência de inúmeros mecanismos que podem contribuir para ampliação do conhecimento de mundo, sendo eles, por exemplo, a pretensão educacional e o próprio aluno.

Pensar na formação integrada é refletir numa formação onde não exista divisão da ação de executar e a ação de pensar, da atividade de dirigir ou pensar. Refere-se numa preparação completa, que não se limita ao aspecto prático do fazer, deve-se incluir a apropriação da base científica, a história daquele conhecimento específico, pois assim permitirá ao educando uma visão do todo e, conseqüentemente, uma atuação mais completa (CIAVATTA, 2005).

Para viabilização do ensino integrado, Araujo e Frigotto (2015) comenta que as práticas educativas não se restringem ao ambiente escolar, entretanto, para a realização do desenvolvimento de práticas pedagógicas, na concepção de ensino integrado, se faz necessário que haja estrutura física que favoreça a integração, não bastando o desejo dos gestores escolares e docentes (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

Falando em viabilização, nas possibilidades de concretização de projetos que caminhem em direção ao ensino integrado, entraremos no campo do currículo integrado.

O currículo “consiste em um campo ideológico por transmitir e produzir uma visão de mundo vinculado aos interesses dos grupos sociais, por meio das práticas educativas” (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015 p. 67, 68).

Ciavatta (2005) tem o trabalho, ciência e a cultura como temas pertencentes ao núcleo básico do currículo integrado. O trabalho aqui é visto como princípio educativo, da cidadania, pois os benefícios não se restringem a participação da riqueza que a sociedade gera, mas também

das relações laborais que a atividade laboral proporciona. Aqui o trabalho se diferencia da forma alienante onde alguns trabalhadores se colocam na forma de exploração da mão de obra.

Ramos (2014) relata que não há um projeto pronto e acabado para que haja integração – até porque a sociedade está em constantes mudanças e a construção do currículo deve acompanhar – o processo deve ser contínuo, de forma coletiva e não preterindo os conhecimentos da área do trabalho e da cultura, por exemplo, em razão da ciência, mas integrá-los. Deve-se ter em mente que uma disciplina não é mais ou menos importante do que outra, não há hierarquia, cada área do conhecimento tem sua importância. Todas são passíveis de integração.

Araujo e Frigotto (2015) abordam que mais importante do que a construção do currículo, na concepção de ensino integrado, são “... de práticas pedagógicas integradoras que os sujeitos do ensino, principalmente, e da aprendizagem revelem uma atitude humana transformadora, que se materialize no seu compromisso político com os trabalhadores e com a sociedade dos trabalhadores...” (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p 64).

Ramos (2014) coloca que o currículo integrado não se resume em sistematizar conteúdos diversos dentro da grade curricular, ou inserir áreas do conhecimento que antes não existiam. Integrar envolve um processo mais amplo, conforme pôde ser verificado no curso. O mais importante é iniciar da forma que seja possível. A autora relata que “talvez nenhuma, e nunca haverá uma escola que consiga implantar o currículo integrado em sua totalidade” (RAMOS, 2014, p. 25, 26).

Ainda descrevendo alguns pressupostos que se direcionam a formação integrada, a superação da dualidade, a seguir será apresentada

três conceitos: escola unitária, formação omnilateral e a educação politécnica.

Ramos (2014) aborda dois conceitos para análise como argumentos para superar a estrutura dual de ensino, são eles: a “escola unitária” e a “formação omnilateral”. A escola unitária visa superar a escola dividida entre o fazer e o pensar, tanto na sua estrutura como no seu conteúdo. A formação da classe trabalhadora não pode se restringir ao fazer, é necessária uma formação que estimule a criatividade, o pensar, que trabalhe a base científica, desta forma, não haverá uma formação dividida, que direciona o tipo de formação com base no poder aquisitivo do indivíduo.

A formação omnilateral, assim como a escola unitária, desenvolve o processo formativo do indivíduo em seus diversos campos. O que caracteriza mais a omnilateralidade é ter o trabalho como princípio educativo. O trabalho aqui não se refere à profissão, mas o trabalho que está por traz da criação. O pão que se come diariamente, por exemplo, não se restringe a produção física, mas de todo processo de descoberta e evolução para se chegar ao pão que comemos hoje, como também de contínuas descobertas para seu melhoramento. A experiência que cada indivíduo colocou nessa produção, por isso que a formação omnilateral não exclui as experiências formativas que cada indivíduo possui, pois esta pode vir a ajudar tanto nas descobertas quanto em outras criações. (RAMOS, 2014).

Ramos (2014) também aborda o conceito de educação politécnica, que é a “formação que ensine múltiplas técnicas” (RAMOS, 2014, pg 21). A autora descreve que esse conceito não se restringe a formação das técnicas de produção, mas sua cultura, sua história, a base científica que

envolveu e envolve essa produção. Destarte, a formação do indivíduo não se restringe ao fazer, ao processo mecânico da repetição, pelo contrário, envolve um processo formativo mais amplo que proporcione entender o que está fazendo, por qual razão está fazendo, inclusive desenvolvendo capacidades que possam contribuir nas descobertas de novas técnicas nesse processo produtivo.

Muitos são os conceitos e pressupostos que desejam materialização de uma sociedade mais justa, igualitária. A formação do ser humano nas suas mais diversas formas é um caminho para construção dessa sociedade, portanto, a proposta de formação integrada, mesmo com seus desafios e dificuldades, não pode deixar de ser o horizonte a ser alcançado, mesmo que não se tenha todas as “ferramentas”, mesmo que não se esteja em um solo fértil, deve-se iniciar e persistir da forma que seja possível, mas não abandonar a sua concepção.

O ensino integrado é um projeto pedagógico que só pode cumprir com sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade se assumir a liberdade como utopia e mantiver íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p. 66).

Avaliação:

O processo avaliativo da aprendizagem ficará a critério do professor, tendo em vista os objetivos a serem alcançados e, assim, adotar o método mais adequado, como também outras estratégias que possam avaliar o conhecimento adquirido como também as dificuldades que possam ser encontradas.

Referências:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, v.3, n.3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. Cadernos de Pesquisa em Educação, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan. / jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>.

SAVIANI, D. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Movimento-revista de educação , n. 4, 9 ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>

APÊNDICE B – Perguntas Encaminhadas para as Instituições da Rede Federal de Ensino – RFEPCT

- 1) Este instituto possui Escola de Formação para seus servidores – docentes e TAEs? Caso não haja, há algum setor que cuide da formação dos mesmos?
- 2) Há algum Programa de Formação para os Novos Servidores? Se sim, quais disciplinas fazem parte deste programa?
- 3) Não tendo uma Escola de Formação, mas sim um setor, este tem a maior parte das atividades voltada para formação – cursos/treinamento - ou atividades voltadas para progressão funcional dos servidores?
- 4) De que forma acontece a formação e o desenvolvimento dos servidores – docentes e TAEs – no decorrer da sua vida funcional?
- 5) A maior parte dos cursos realizados pelos servidores é ofertado pela instituição ou através de parcerias com escolas de governos?
- 6) Os cursos/ treinamentos são pontuais ou contínuos?
- 7) Os conceitos do Ensino Profissional e Tecnológico fazem parte como conteúdo para formação dos servidores – docentes e Tae? Se sim, I especificar de que forma acontece – curso, treinamento ou outro meio; II tempo de duração; III o momento – para os novos servidores ou todos e IV se é dado de forma pontual ou contínua?

APÊNDICE C – Questionário de Avaliação do Curso

Nome: _____ Cargo: _____

Campus de exercício: _____ Tempo na instituição: _____

CPF: _____ E-mail: _____

1) Antes da realização do curso já teve contato com os conceitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

Sim

Não

Parcialmente

2) Os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos conselhos consultivos e deliberativos na instituição, caso você participe?

Concordo totalmente

Concordo em parte

Não concordo nem discordo

Discordo totalmente

Discordo em parte

Comente a escolha:

3) Os conteúdos abordados no curso poderão contribuir de forma efetiva nos diversos grupos de trabalho que há na instituição?

Concordo totalmente

Concordo em parte

Não concordo nem discordo

Discordo totalmente

Discordo em parte

Comente a escolha:

4) Teve dificuldade de entender os conteúdos abordados?

Sim

Não

Parcialmente

5) O tema abordado, bem como os conteúdos, contribuiu para o seu processo formativo?

Concordo totalmente

Concordo em parte

Não concordo nem discordo

Discordo totalmente

Discordo em parte

Comente a escolha:

6) Se houvesse outro curso que abordasse os conceitos da EPT, você participaria?

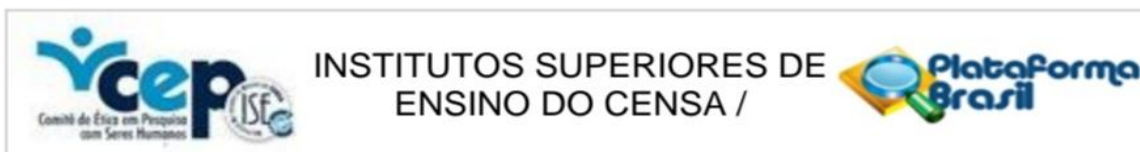
Sim

Não

Talvez

7) Deixe alguma(s) sugestão(ões), caso venha ter outros cursos com o mesmo tema?

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO IFFLUMINENSE

Pesquisador: FABRICIO PINHEIRO LIMA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 55692122.4.0000.5524

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

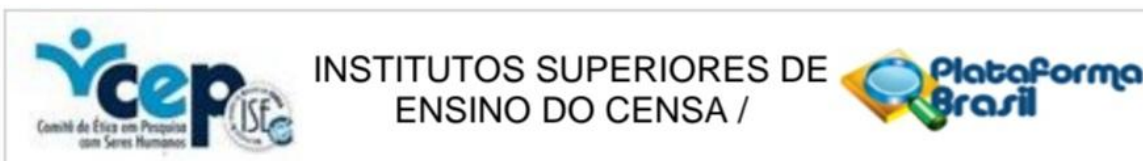
Número do Parecer: 5.713.796

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento Informações Básicas da Pesquisa (e "Projeto Detalhado" – quando necessário)

"A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possui uma a gestão democrática, onde os servidores contribuem para as atividades administrativas e educacionais, como criação de curso, projeto pedagógico, extinção de cursos entre outras atividades. Nos últimos 15 anos ingressaram na Rede um grande quantitativo de servidores, tendo em vista a sua expansão, tornando-se essencial a formação destes novos servidores. A estimativa, grosso modo, que dos atuais servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense, 66% ingressaram nos últimos 10 anos, conforme pesquisa diagnóstica realizada durante a elaboração deste projeto junto às instituições – ver tabela 1–, desta maneira, com intuito de proporcionar condições para que estes profissionais sejam capazes de auxiliarem nas discussões que versem o Ensino Profissional e Tecnológico (EPT), sobretudo nas atividades representativas dos Conselhos deliberativos e consultivos, onde tratam dos assuntos mais importantes da instituição, como ensino, pesquisa e extensão, a presente pesquisa visa CAPACITAR os Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense através de um curso de 8h, que será o produto educacional, que abordará as concepções da EPT.

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ζ Centro ζ Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br

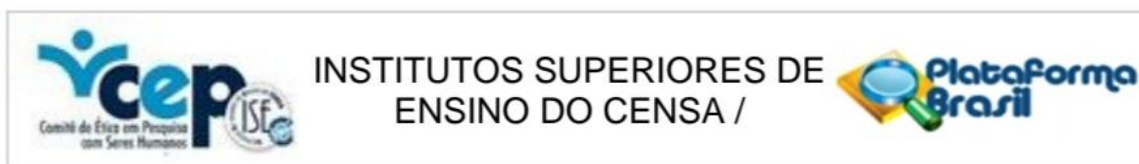


Continuação do Parecer: 5.713.796

Através da pesquisa e com a aplicação do produto educacional - curso a distância de 8h com o tema em Educação Profissional e Tecnológica - supõe-se que irá contribuir de forma significativa na formação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense, estimulando atitudes inovadoras, bem como espírito crítico que possam melhorar o processo de ensino, pesquisa e a extensão; bem como na cooperação das discussões de representatividades dos Conselhos deliberativos e consultivos da instituição. Claro que, somente após o fim da pesquisa com a aplicação do produto educacional que será possível auferir o grau de efetividade, podendo também não conseguir atingir todos os objetivos propostos, mas, através do questionário que será aplicado após a realização do curso, será possível levantar questões que contribuirão para outras pesquisas, como também auxiliar a própria instituição, caso queira realizar outros cursos com o mesmo tema.

No desenvolvimento deste projeto realizaram-se duas pesquisas diagnósticas, uma de cunho qualitativo, onde se buscou saber como estava ocorrendo o desenvolvimento dos servidores das 41 instituições que compõem a Rede Federal de Ensino, através de 8 perguntas abertas, e outra pesquisa de cunho quantitativo, realizada nas mencionadas instituições, com intuito de saber o quantitativo de servidores que ingressaram nos últimos 10 anos. Essas duas pesquisas diagnósticas mais a pesquisa bibliográfica foram essenciais para entender a real situação do objeto, bem como na escolha do produto educacional para atenuar o problema identificado, e na escolha da instituição – IFFluminense – a ser aplicado o curso de capacitação para os servidores Técnico-Administrativos desta instituição. Por essa pesquisa se tratar de desenvolvimento profissional, e esta não acontece de forma estanque, mas fruto de um processo contínuo, a metodologia de desenvolvimento será adotada, já que esta pesquisa busca através de uma solução prática, **CONTRIBUIR PARA QUE OUTROS CURSOS SOBRE O MESMO TEMA SEJAM REALIZADOS E APERFEIÇOADAS NA INSTITUIÇÃO, ATRAVÉS DO AUXÍLIO DESTA, TORNANDO-SE ASSIM UMA CAPACITAÇÃO CONTINUADA.** Após a realização do curso será enviado para os cursistas, os que autorizarem, um questionário eletrônico com sete perguntas mistas (aberta e fechada) com intuito de saber a efetividade e o retorno do tema à instituição, bem como sugestão para os futuros cursos que envolvam a Educação Profissional e Tecnológica, tornando-se assim um processo de contínuo desenvolvimento neste processo formativo que é a capacitação. O IFFluminense conta com 713 servidores Técnico-Administrativos em Educação, onde através da divulgação do curso com ajuda da instituição e diretamente com alguns servidores, tendo em vista que o pesquisador também é servidor Técnico-Administrativos em Educação e conhece alguns, o objetivo é conseguir uma amostra, no mínimo, de 10% dessa população. A instituição possui 11

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ç Centro ç Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br



Continuação do Parecer: 5.713.796

campi espalhado pelo interior do estado do Rio de Janeiro (Campus Avançado Cambuci; Campus Avançado Maricá; Campus Avançado São João da Barra; Campus Bom Jesus do Itabapoana; Campus Cabo Frio, Campus Campos Centro; Campus Campos Guarus; Campus Itaperuna; Campus Macaé; Campus Quissamã e; Campus Santo Antônio de Pádua), e mais o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação; e o Polo de Inovação Campos dos Goytacazes. O produto educacional por ser um curso a distância de 8h sem tutoria utilizando a Plataforma de Educação a Distância do IFFluminense, possibilitará que todos os servidores, quem assim desejar, realizem o curso. O servidor que desejar participar e concordar em realizar a pesquisa, receberá uma via do TCLE original assinado e rubricado pelo pesquisador responsável e assinará o mesmo, ficando ambos com uma via."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

CAPACITAR OS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO IFFLUMINENSE COM CONHECIMENTOS QUE VERSEM SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT).

Objetivo Secundário:

- DESENVOLVER UM CURSO DE CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DA PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO IFFLUMINENSE PARA OS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DESTA INSTITUIÇÃO.
- COOPERAR NAS DISCUSSÕES DE REPRESENTATIVIDADES DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS E CONSULTIVOS, BEM COMO NOS GRUPOS DE TRABALHO DO IFFLUMINENSE, TENDO EM VISTA AO CONHECIMENTO ADQUIRIDO NO CURSO.
- CONTRIBUIR PARA QUE OUTROS CURSOS SOBRE O MESMO TEMA SEJAM REALIZADOS E APERFEIÇOADAS NA INSTITUIÇÃO, ATRAVÉS DO AUXÍLIO DESTA, TORNANDO-SE ASSIM UMA CAPACITAÇÃO CONTINUADA."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

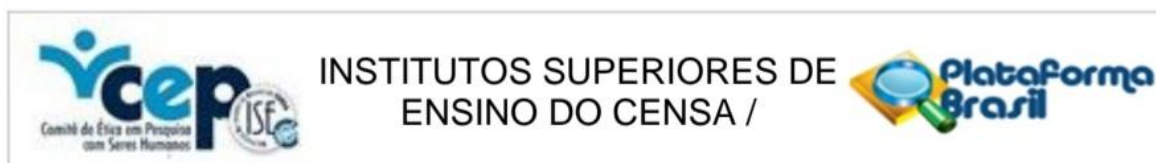
"Riscos:

Os riscos relacionados com a participação nesta pesquisa são aquelas que se referem à comunicação e à divulgação de informações, como também o constrangimento que pode surgir em responder alguma pergunta ou falar sobre algum assunto.

Benefícios:

Servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense mais preparados para contribuírem nos processos de ensino, pesquisa e a extensão; como também nas discussões de representatividades dos conselhos deliberativos da instituição, auxiliando a instituição a cumprir

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ç Centro ç Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br



Continuação do Parecer: 5.713.796

com sua missão. Com a pesquisa, pretende-se que ao final da aplicação do produto educacional, que o curso consiga não apenas contribuir para a formação desses servidores, mas que instigue atitudes inovadoras, bem como o espírito crítico. Ressalta-se que, conforme art. 2º da lei nº11.892/2008: "Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei". Desta forma, o tema do curso vai ao encontro das atividades base da instituição"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

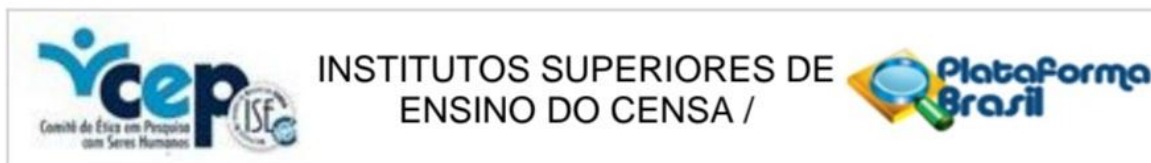
"Justificativas:

As modificações objeto deste envio, com exceção de algumas outras poucas modificações, referem-se ao produto educacional – curso de curta duração na modalidade à distância. Quando o projeto foi submetido informei que o curso seria de 20h, abordando 4 temas e que seria certificado, entretanto, como o prazo para conclusão do mestrado estava se aproximando - 31/08/2022 – e não daria para elaborar um curso com a carga horária de 20h, resolvi fazer com 8h e, ao invés de abordar os 4 temas, trabalhei com 1 só. A questão da certificação, especificamente, não ocorreu porque além do prazo que já estava em cima para encerrar o mestrado - envolvia alguns procedimentos, o certificado de 8h deste curso não poderia ser utilizado para progressão por capacitação destes servidores, pois, conforme § 4º, art. 10 da Lei nº 11.091/2005 (dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação), ou seja, mesmo que o curso fosse certificado, por ser inferior às 20h, não haveria estímulo para ser utilizado para progressão. Vale frisar que, tanto no momento da inscrição quanto na plataforma onde ocorreu o curso, estava claro a informação que não haveria certificação, não tendo nenhum prejuízo aos participantes.

A outra questão objeto desta ementa se trata da necessidade que surgiu de solicitar dos participantes CPF e e-mail, onde esses dados não constavam no momento da submissão, pois quando fui preparar as inscrições do curso me foi informado da necessidade desses dados para haver o cadastro na plataforma, o que não sabia naquela época. Deste modo, conforme anexo I desta emenda, entrei em contato com a CONEP para obter os esclarecimentos.

Conforme informei, a defesa ocorreu no dia 31 de agosto de 2022 e como teve essas modificações em relação ao projeto original, entrei em contato novamente com a CONEP para obter os esclarecimentos como proceder diante de tais acontecimentos, conforme anexo II desta emenda, onde me foi informado deste procedimento – solicitação de emenda.

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ç Centro ç Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br



Continuação do Parecer: 5.713.796

Conforme alínea H, do item 2 da Norma Operacional n° 001/2013 e art. 27 da Resolução n° 510/2016, as modificações não afetaram os objetivos nem a metodologia da pesquisa. As perguntas do questionário permaneceram e o TCLE, onde constava a carga horária de 20h, foi modificada para 8h, ou seja, os participantes assinaram referente à carga horária que de fato ocorreu.

Tendo em vista que a função precípua do CEP/CONEP está nos aspectos éticos dos projetos, bem como a proteção dos direitos dos participantes da pesquisa, conforme art. 25 da Resolução n° 510, de 07 de abril de 2016, ficando a cargo das instâncias acadêmicas os aspectos teóricos dos projetos, conforme parágrafo 1° do artigo supramencionado, estou buscando os caminhos e procedimentos para cumprir a pesquisa da forma mais correta possível.

As alterações foram feitas tanto nos documentos quanto na Plataforma Brasil.

Peço compreensão e, agradeço desde já.

Documentos anexados:

- 1) Anexo_1_emenda_dados;
- 2) Anexo_2_emenda_produto_educacional;
- 3) Carta_encaminhamento_de_emenda;
- 4) Dissertação_emenda;
- 5) Projeto_de_pesquisa_modificado_emenda;
- 6) TCLE_modificado_emenda.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

'Vide campo 'Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações'.

Recomendações:

'Vide campo 'Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações'.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos nos documentos da emenda.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa do ISECENSA – CEP/ISECENSA, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação da emenda proposta para o projeto de pesquisa.

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ç Centro ç Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



Continuação do Parecer: 5.713.796

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2034065_E1.pdf	14/10/2022 09:15:02		Aceito
Outros	Anexo_2_emenda_produto_educacional.pdf	14/10/2022 09:11:29	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Outros	Anexo_1_emenda_dados.pdf	14/10/2022 09:10:55	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Outros	Dissertacao_emenda.docx	14/10/2022 09:09:34	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_modificado_emenda.doc	14/10/2022 09:06:11	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado_emenda.docx	14/10/2022 09:05:22	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Outros	carta_encaminhamento_de_emenda.pdf	14/10/2022 09:03:44	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTAv2_06abr22.doc	06/04/2022 20:46:59	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEv3_06abr22.docx	06/04/2022 20:46:42	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisav3_06abr22.doc	06/04/2022 20:46:12	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.doc	09/03/2022 20:43:35	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEv2_09mar22.docx	09/03/2022 20:43:09	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisav2_09mar22.doc	09/03/2022 20:41:14	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	05/02/2022 09:35:19	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/02/2022 09:34:53	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_de_autorizacao_IFF.pdf	05/02/2022 09:33:37	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 º Centro º Área branca 2º andar sala 91

Bairro: Centro

CEP: 28.035-310

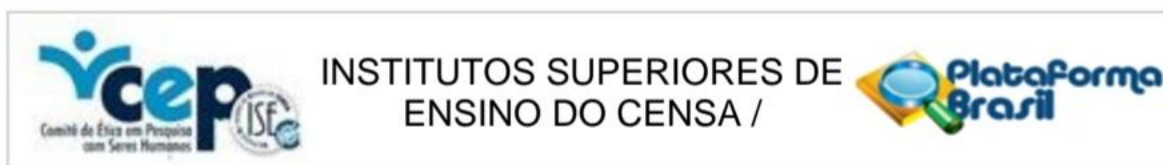
UF: RJ

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Telefone: (22)2726-2727

Fax: (22)2726-2721

E-mail: cep@isecensa.edu.br



Continuação do Parecer: 5.713.796

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	05/02/2022 09:25:11	FABRICIO PINHEIRO LIMA	Aceito
----------------	--------------------	------------------------	---------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 20 de Outubro de 2022

Assinado por:
Nilo Terra Arêas Neto
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Salvador Correa, 139 ç Centro ç Área branca 2º andar sala 91
Bairro: Centro **CEP:** 28.035-310
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2726-2727 **Fax:** (22)2726-2721 **E-mail:** cep@isecensa.edu.br

ANEXO B – E-mail CONEP

Email – Fabrício Lima – Outlook

RES: Informação sobre pesquisa que não envolvam seres humanos

CONEP - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA <conep@saude.gov.br>

Sex, 05/03/2021 14:28

Para: Fabrício Lima <fabricio. lima@hotmail.com>

Prezado Sr. Fabrício Lima,

Em resposta a sua dúvida e por se tratar de uma pesquisa de opinião sem informações de dados pessoais não será necessário o encaminhamento para o sistema CEP/Conep.

Colocamo-nos à disposição para mais informações.

Atenciosamente,

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/CNS/MS

Tel.: (61) 3315-5877

Fax.: (61) 3315-5878

- Para suas respostas utilize sempre o endereço de correio conep@saude.gov.br. Nunca responda para o correio conep.respostas@saude.gov.br, pois suas mensagens serão redirecionadas e excluídas

Acesse os canais de comunicação da Conep pelo link <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/>

De: Fabrício Lima [fabricio. lima@hotmail.com]

Enviado: sexta-feira, 5 de março de 2021 9:45

Para: CONEP - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA

Assunto: Informação sobre pesquisa que não envolvam seres humanos

Prezado representante do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa,

Estou em dúvida quanto as duas pesquisas abaixo que não envolve seres humanos nem dados pessoais, se há necessidade de encaminhamento para o Comitê de Ética em Pesquisa.

Quanto as duas pesquisas a seguir:

I) Pesquisa diagnóstica (quantitativa):

- 1) Quantos servidores Técnico-Administrativos em Educação a instituição possui?
- 2) Quantos servidores Docentes a instituição possui?
- 3) Quantos servidores Técnico-Administrativos em Educação ingressaram na instituição entre os períodos de 2010 a 2015?
- 4) Quantos servidores Técnico-Administrativos em Educação ingressaram na instituição entre os períodos de 2016 a 2020?
- 5) Quantos servidores Docentes ingressaram na instituição entre os períodos de 2010 a 2015?
- 6) Quantos servidores Docentes ingressaram na instituição entre os períodos de 2016 a 2020?

Email – Fabrício Lima – Outlook

II) Pesquisa diagnóstica (qualitativa):

- 1) Este instituto possui Escola de Formação para seus servidores – docentes e TAEs? Caso não haja, há algum setor que cuide da formação dos mesmos?
- 2) Há algum Programa de Formação para os Novos Servidores? Se sim, quais disciplinas fazem parte deste programa?
- 3) Não tendo uma Escola de Formação, mas sim um setor, este tem a maior parte das atividades voltada para formação – cursos/treinamento - ou atividades voltadas para progressão funcional dos servidores?
- 4) De que forma acontece a formação e o desenvolvimento dos servidores – docentes e TAEs - no decorrer da sua vida funcional?
- 5) A maior parte dos cursos realizados pelos servidores é ofertado pela instituição ou através de parcerias com escolas de governos?
- 6) Os cursos/ treinamentos são pontuais ou contínuos?
- 7) Os conceitos do Ensino Profissional e Tecnológico fazem parte como conteúdo para formação dos servidores – docentes e TAEs? Se sim, I especificar de que forma acontece – curso, treinamento ou outro meio; II tempo de duração; III o momento – para os novos servidores ou todos e IV se é dado de forma pontual ou contínua?
- 8) Se a resposta da pergunta anterior foi sim, foi possível identificar algum benefício para a instituição?

Ambas pesquisas sendo feitas - direcionadas - as instituições que compõem Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo as perguntas enviadas pelo portal de acesso a informação (<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/falabr>). Estas duas pesquisas devem ser encaminhadas e aprovadas por algum Comitê de Ética em Pesquisa?

Conforme as perguntas supracitadas, nenhuma delas envolve pesquisa com seres humanos e não trata com dados pessoais, tanto que as perguntas são direcionadas ao portal de acesso a informação, do Governo Federal, e a mesma direciona ao órgão de interesse.

Fico no aguardo quanto a presente consulta.

Agradeço desde já.

Atenciosamente,

Fabrício Lima

IMPORTANTE: FORAM IDENTIFICADOS LINKS NESTA MENSAGEM PARA ACESSO A SITES EXTERNOS, CUJA SEGURANÇA NÃO PÔDE SER VERIFICADA. É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA COMPORTAR-SE DE MANEIRA SEGURA EM NOSSA REDE, NÃO ABRINDO ANEXOS E LINKS DESCONHECIDOS, AINDA QUE SUPOSTAMENTE ENVIADOS POR PESSOAS CONHECIDAS. LEMBRANDO QUE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, DO PODER JUDICIÁRIO, SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, NÃO ENVIAM E-MAILS COM AVISOS DE DÉBITOS, PROCESSOS E RECADASTRAMENTOS. EM CASO DE DÚVIDA, CONTATE A CENTRAL DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO. ADMINISTRAÇÃO DA REDE MSNET

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar